



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS – CAHL
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

RAQUEL DA SILVA ALVES



MULHERES DA ENCANTADA: protagonismo feminino, lutas e conquistas junto ao Movimento Indígena no estado do Ceará

CACHOEIRA/BA
2021

RAQUEL DA SILVA ALVES

MULHERES DA ENCANTADA: protagonismo feminino, lutas e conquistas junto ao Movimento Indígena no estado do Ceará

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dra. Jurema Machado de Andrade Souza.

CACHOEIRA/BA
2021

RAQUEL DA SILVA ALVES

MULHERES DA ENCANTADA: protagonismo feminino, lutas e conquistas junto ao Movimento Indígena no estado do Ceará

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 20 de maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Greyssy Kelly Araújo/UFRB (membro interna)
Examinadora

Profa. Ms. Elisa Urbano Ramos/APOINME (membro externa)
Examinadora

Prof. Dra. Jurema machado de Andrade Souza
Orientadora

AGRADECIMENTOS

Minha Gratidão a Tupã, à Mãe Tamaín, ao mestre Meishu-sama e aos meus antepassados por me concederem a luz da sabedoria para escrever este trabalho.

À minha amiga/irmã Rute Anacé, que nos abriu o caminho para que a juventude indígena dos povos Anacé, Jenipapo-Kanindé e Kanindé pudessem ingressar na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

À minha família, razão da minha existência e persistência, que não mediu esforços para que eu conseguisse chegar até aqui. Em especial à minha avó paterna (Cacica Pequena), Minha Tia Juliana (Cacica Irê) e ao seu esposo Nen (Cleilton), ao meu pai, ao meu tio Preá, minha Tia Kátia, minhas primas Carline, Eliane, Iara, Grazyelle e meu primo Iuri Gomes.

Agradeço às minhas irmãs Maria Vitória e Raniele por todo companheirismo e paciência nessa minha jornada e pelas vezes que não pude estar tão próxima como eu deveria.

Minha imensa gratidão aos meus primos, Daniela (Nyela) e Daniel (Rudá), por se ousarem a embarcar comigo nessa jornada; sem vocês certamente eu não estaria vivenciando essa emoção de concluir esse grande sonho.

À Família Nojosa, em especial minha madrastra Maria da Consolação, por sempre me apoiar e incentivar meus sonhos.

Sou extremamente grata às famílias baianas que me acolheram em Cachoeira e São Felix nesses quatro anos. Assim, dedico a minha gratidão à Dona Jaci, Seu Erisson, Erica, Gessica, Dona Mare, Seu Zé, Nadabe e minha amada amiga/irmã Aira, que se tornou o meu colo amigo paciente nessa jornada.

Minha Gratidão ao meu companheiro, Messias Júnior, pelo incentivo, paciência e motivação nos momentos que descreditei que tudo isso era possível.

Sou muito grata ao meu amigo, Lucas Maia, por ter sido minha companhia de muitas noites a caminho para o CAHL e de retorno para casa. Nossa jornada foi e continua sendo muito especial!

Agradeço aos amigos que ganhei nessa trajetória de universidade, em especial à minha amada amiga Elitânia de Souza da Hora (*in memoriam*), que se fez presente no processo desta escrita, “Sua luz me acalmou quando meu mundo desabou”, a finalização deste trabalho é uma homenagem para essa grande amiga que permanece viva dentro de mim.

Ao meu grupo (cahlzadoras) composto por Aira, Elitânia, Luanna, Thassyanna, Thamires e Tainan, pela cumplicidade e irmandade durante a realização de todas as atividades do curso e pela amizade incrível que construímos; como costumamos dizer “Permaneceremos

juntas independente da distância”. E não poderia deixar também de agradecer à minha turma de Serviço Social 2016.1 por todo apoio e acolhida.

Sou muito grata a minha amiga Josenilda Nascimento por ser minha parceira durante o meu processo formativo nos projetos de extensões da universidade e nas angústias desses processos.

Minha imensa gratidão ao coletivo de Estudantes Indígenas na UFRB por todos os momentos de partilhas e fortalecimentos; que possamos engrandecer e fortalecer cada vez mais esse nosso “grupo”.

Meus sinceros agradecimentos a todas as mulheres do meu povo que abriram as portas de suas casas para que essa pesquisa pudesse entrar. Meu muito obrigado por todo acolhimento, incentivo e confiança.

Agradeço à minha querida orientadora por todo cuidado, toda paciência e pelos grandes ensinamentos durante vários momentos na universidade e fora dela.

No mais, agradeço aos ancestrais que nos abraçaram e nos acolheram desde que viemos morar nessa cidade cheia de encantos e histórias de resistência, que é Cachoeira. Sobretudo, aos Encantos do Paraguaçu que, durante toda minha trajetória, as suas margens me proporcionaram força e resiliência para superar os mais diversos desafios deste ciclo.

E com o coração agradecido concluo este ciclo para que muitos outros possam surgir.

"As mulheres indígenas são como os rios,
crescem quando se unem".

(AMICE)

RESUMO

O presente trabalho trata sobre a participação das mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé nas lutas por direitos e pela comunidade, analisando os dilemas por elas enfrentados. Apresentamos as transformações que as mulheres proporcionaram no contexto dos povos indígenas, pois, antes, elas exerciam papel somente nas aldeias e atualmente estão ocupando os espaços de lutas no movimento indígena, seja nas organizações locais, nas articulações estaduais e em nível nacional. Identificamos as suas formas de organização por meio das narrativas relatadas pelas mulheres Jenipapo-Kanindé, bem como, investigamos o contexto doméstico destas mulheres para observar as razões que estejam propiciando ou impedindo a participação no movimento indígena. Dessa forma, conseguimos observar que o protagonismo feminino vem ganhando pouco a pouco o destaque merecido. Enfim, por meio de todo o estudo realizado, é possível confirmar que a mulher indígena tem conseguido expandir seu papel enquanto liderança, que, antes, era destinada às funções participativas da aldeia. As mulheres têm ocupado os espaços da educação, de poder, de liderança e têm ingressado no espaço acadêmico para, assim, fortalecer a luta de seus povos.

Palavras-Chave: Mulheres indígenas. Protagonismo feminino. Movimento indígena.

ABSTRACT

The present work deals with the participation of Jenipapo-Kanindé indigenous women in the struggles for rights and for the community, analyzing the dilemmas they face. We present the transformations that women have brought about in the context of indigenous peoples, as they used to play a role only in the villages and are currently occupying the spaces of struggle, in the indigenous movement, whether in local organizations, in state articulations and at the national level. We identified their forms of organization through the narratives reported by the Jenipapo-Kanindé women, as well as investigating the domestic context of these women, to observe the reasons that are promoting, or preventing, participation in the indigenous movement. In this way, we can observe that the female protagonism has been gaining the deserved prominence little by little. Finally, through the whole study, it is possible to confirm that the indigenous woman has managed to expand her role as a leader, which was previously intended for the participatory functions of the village. Women have occupied the spaces of education, spaces of power, leadership and have entered the academic space in order to strengthen the struggle of their peoples.

Keywords: Indigenous women. Female protagonism. Indigenous movement.

LISTA DE SIGLAS

AMICE	Articulação das Mulheres Indígenas no Ceará
AMIJK	Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
COIMI	Comitê Inter-tribal de Mulheres indígenas
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DEMI	Departamento de Mulheres Indígenas
FEPOINCE	Federação dos Povos e Organizações Indígenas no Ceará
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
TI	Terra Indígena

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: a pesquisadora em seu campo temático e os aspectos metodológicos	10
1 MULHERES INDÍGENAS: processos de organização política.....	16
1.1 PRINCIPAIS LUTAS DAS MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL	16
1.2 CONTEXTO ATUAL DAS MULHERES INDÍGENAS DO NORDESTE	20
1.3 ARTICULAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DO CEARÁ (AMICE) E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O MOVIMENTO INDÍGENA DO ESTADO	24
2 GÊNERO E FEMINISMO NO CONTEXTO DAS MULHERES INDÍGENAS.....	32
2.1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO INDÍGENA: o protagonismo feminino na organização política.....	32
2.2 MULHERES INDÍGENAS E O PROTAGONISMO NA LUTA CONTRA VIOLAÇÕES DOS DIREITOS INDÍGENAS.....	35
2.3 CACICA PEQUENA A MÃE DE TODA ALDEIA: primeira mulher cacique do Ceará	36
2.4 ESTRATÉGIAS DE LUTA DAS MULHERES JENIPAPO-KANINDÉ E SUAS CONFIGURAÇÕES	40
3 PROTAGONISMO DAS MULHERES DA ENCANTADA	45
3.1 ORGANIZAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE MULHERES E HOMENS DA ALDEIA LAGOA ENCANTADA.....	45
3.2 OLHAR DA MULHER INDÍGENA: e suas ressignificações	48
3.3 PERSPECTIVAS DE FUTURO DAS MULHERES JENIPAPO-KANINDÉ EM RELAÇÃO AO PROTAGONISMO FEMININO	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE A – As mulheres da Aldeia Lagoa Encantada do Povo Jenipapo-Kanindé que participaram da pesquisa.....	59

INTRODUÇÃO: a pesquisadora em seu campo temático e os aspectos metodológicos

As mulheres indígenas são forte influência no movimento indígena, lutam desde sempre, juntamente com outras lideranças de seus povos, em prol da conquista de direitos para os seus territórios. Deste modo, julgo pertinente trazer à tona nestes escritos o panorama geral do protagonismo destas mulheres, sobretudo dando ênfase na luta das indígenas que se destacaram nas mobilizações do movimento indígena. Assim, destaco as mulheres da Encantada, levando em consideração que foi o primeiro povo a nomear uma mulher como cacica.

Partindo da premissa de que a participação das mulheres indígenas ainda é invisibilizada no contexto da sociedade, principalmente nas universidades, que me surge a inquietação de escrever sobre essa problemática. De acordo com a indígena Pataxó Juliana Santos (2017), o protagonismo da mulher indígena não é debatido no cenário acadêmico e é por isso que a participação das mulheres no contexto indígena ainda permanece invisibilizada perante a sociedade não-indígena.

O presente estudo busca compreender a luta política das mulheres da aldeia Lagoa Encantada do Povo Jenipapo-Kanindé para, assim, apresentar o quanto a participação das mulheres indígenas é importante para seus povos. Nesse sentido, este trabalho está embasado na metodologia da pesquisa engajada, levando em consideração o meu comprometimento enquanto mulher indígena com a luta erguida pelas mulheres do meu povo.

A pesquisa surgiu do meu desejo, como mulher indígena Jenipapo-Kanindé, de analisar nossa participação nas variadas articulações no movimento indígena. Sendo assim, objetivo descrever o protagonismo das mulheres indígenas junto ao movimento indígena, com intuito de apresentar de forma clara como as “Mulheres da Encantada” têm contribuído para o fortalecimento da luta por direitos. Além disso, a minha motivação veio da constatação de que a sociedade brasileira ainda não assimila o espaço do movimento indígena como sendo, também, um espaço de mulheres.

No entanto, este estudo possui como finalidade investigar, caracterizar e apresentar as trajetórias das mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé; com o intuito de observar as razões que estejam propiciando ou impedindo a participação no movimento indígena e para apresentar a maneira com que estas mulheres buscam trilhar seus caminhos para permanecer na luta. Ademais, a pretensão é que as mulheres possam ter suas vozes ecoadas por meio deste trabalho.

Pode-se dizer que esta pesquisa faz parte das novas formas de construção de conhecimento, tendo em vista que os sujeitos que fazem parte do segmento social estudado são os que buscam construir conhecimentos com base em suas trajetórias e envolvimento com a

temática abordada, ou seja, eu me coloco como sujeito da história anunciada. De acordo com Jemima Pierre (2008, p. 4), “meu tema de pesquisa e minha capacidade de envolvê-lo refletir uma política consciente, que é formada pela (e, por sua vez, forma) minha localização estrutural, pessoal”. Com isso, meu objetivo consiste em contextualizar as estratégias de luta das mulheres do meu povo para, assim, dar lugar para que estas possam relatar suas trajetórias nos espaços de luta.

Em sua totalidade, nós, mulheres indígenas, sempre desempenhamos papéis importantes dentro dos nossos territórios, mas, até então, não detínhamos o reconhecimento enquanto lideranças. A figura masculina era quem detinha sempre voz ativa nos espaços de poder.

Com isso, neste trabalho, tenho como pretensão contribuir para que a participação das mulheres indígenas possa ser visibilizada na sociedade. Embora as mulheres já tenham conquistado espaços no movimento indígena e se organizado criando seus próprios movimentos, ainda é perceptível o desconhecimento da sociedade não-indígena, tendo em vista que essa questão é pouca discutida. Como afirma a antropóloga indígena Elisa Urbano Ramos (2015, p. 19) “ao tratarmos da história do movimento indígena tanto no Brasil quanto no Nordeste, pouco se falou da presença das mulheres”.

Utilizo da pesquisa qualitativa, que tem como base interpretar os dados das ferramentas de análise e, no meu caso, as entrevistas e dados referenciais de autoras e intelectuais indígenas que já desenvolveram pesquisa sobre o protagonismo das mulheres indígenas dentro do contexto do movimento indígena. Durante o processo de pesquisa utilizei o método de produção de dados, realizado via entrevistas, aplicadas a 10 mulheres do povo Jenipapo-Kanindé. No sentido de compreender as formas de articulação destas mulheres, entrevistei tanto lideranças ativas no movimento indígena externo, quanto as que participam do movimento dentro da comunidade. Assim, foram cinco mulheres lideranças entrevistadas e cinco mulheres que não se consideram liderança. A pesquisa, portanto, foi realizada dentro do contexto da minha vivência enquanto mulher indígena Jenipapo-Kanindé.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2009, p. 21).

Conforme mencionado acima pela socióloga Maria Cecília Minayo (2009), entendo que o método qualitativo consistiu em ser o ideal para a construção deste trabalho, considerando os aspectos relevantes que apresenta como base de sustentação para a pesquisa. Ou seja, que as mulheres indígenas do povo Jenipapo-Kanindé possam interpretar, a partir de suas vivências na

luta, as contribuições para novas configurações para o contexto indígena e as conquistas que alcançaram o seu território.

Baseio-me no aspecto metodológico da narrativa, que permite interpretar o universo vivido pelas as mulheres do meu povo, com base em suas vivências na luta pelos direitos do nosso povo. Portanto, ênfase sobre a trajetória das mulheres indígenas por meio do método da narrativa de vida, paralelo com o sentido etnográfico, levando em consideração a forte influência que as mulheres possuem no povo Jenipapo-Kanindé; tendo em vista que a história de luta destas mulheres proporcionou grandes avanços no território, o que torna necessário a importância de dar lugar para que estas histórias sejam contadas pelas próprias mulheres.

O método de história de vida participa da metodologia qualitativa biográfica na qual o pesquisador escuta, por meio de várias entrevistas não diretivas, gravadas ou não, o relato da história de vida de alguém que a ele se conta. [...] Ao fim da escuta, todo o material é transcrito e discutido entre o sujeito participante e o pesquisador, que, a partir de então fará um mergulho analítico para buscar identificar naquele material as pistas que o ajudarão a tentar responder suas questões de pesquisa. (ARAUJO, et al., 2017, p. 468).

O percurso metodológico trilhado neste trabalho se deu por meio da escuta participativa, o momento oportuno para que as mulheres indígenas pudessem relatar sobre seus processos vivenciados na luta de seu povo. Com isso, considero que as mulheres que contribuíram com a escrita deste trabalho, através de sua história de luta, são figuras importantes, pois, por intermédio das vivências aqui situadas, foi que conseguimos compreender as formas de organização destas mulheres dentro de seu povo.

O conhecimento empírico aqui descrito através das entrevistas é extremamente relevante, pois é o principal embasamento que sustenta a elaboração deste trabalho, já que eu mesma sou indígena do povo Jenipapo-Kanindé, bem como os sujeitos que relataram suas vivências fazem parte, também, do processo de escrita desta pesquisa.

O sujeito que narra sua história é um coautor do trabalho, participante ativo (e reconhecido) do conhecimento produzido, no encontro na qual o pesquisador se transforma em sujeito e objeto de pesquisa e a relação entre ele e o sujeito que narra se situa no mesmo pé de igualdade. [...] método de história de vida possui uma dupla dimensão: a descrição de fatos e a busca de sentido. Os fatos fazem parte de uma experiência de vida com o pesquisador. Além de ter, no fim das sessões de recolhimento da história, o registro de completo de sua fala. Na escuta comprometida que o pesquisador oferece, a falta fica carregada de potência. (ARAUJO et al., 2017, p. 478- 479).

Todavia, este trabalho é de extrema importância não só para o mundo universitário, mas, também, para o meu povo, que terá acesso a um material elaborado por uma mulher indígena que pertence e faz parte de toda essa trajetória de luta política. O que significa dizer que o povo se sentirá representado por cada palavra aqui escrita, principalmente as mulheres, que terão suas vivências apresentadas com o intuito de visibilizar a importante participação da mulher indígena.

O anseio de elaborar este trabalho se deu principalmente pela história Encantada de resistência que cada mulher do meu povo carrega, em especial a cacica Pequena (minha avó), a primeira mulher cacica do Brasil, que vem repassando seus ensinamentos de como viver na luta e a importância de nos integrarmos no movimento de nosso povo. E com base nestes ensinamentos que ingressei na universidade, como estratégia de luta, sendo que a cacica sempre nos incentivou a estudar para que pudéssemos escrever nossas próprias histórias com base em nossas trajetórias. Como ela mesma diz “andarmos com os nossos próprios pés”, dando referência, no sentido de termos autonomia para lutarmos por nossos direitos.

Com isso, quando ingressei na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em 2016, eu já tinha em mente o que pesquisar, e as vivências no curso de Serviço Social fortaleceram ainda mais o meu desejo de escrever sobre nós, mulheres da Encantada. É notório o desconhecimento das pessoas a respeito do protagonismo das mulheres indígenas. Lembrome bem das vezes que xs¹ colegas perguntavam: quem era “O CACIQUE” do meu povo? E quando eu respondia que no meu povo havia mulheres caticas era nítido o olhar surpreso, logo que o conhecimento repassado sobre os povos indígenas é embasado pela noção colonizadora que reproduz estereótipos do que é ser indígena e as formas de organização de nossos povos.

Sob esse viés que considero esta pesquisa importante, tendo em vista que proporcionará à universidade, principalmente ao curso de Serviço Social, a compreensão sobre as formas de organização dos povos nativos na luta por direitos, sobretudo de mulheres indígenas; para que, assim, essa temática tenha maior visibilidade nesses espaços.

Além do mais, ressalto que é extremamente relevante que o curso de Serviço Social possa debater mais a temática indígena, por compreender que é necessário que se aprenda sobre as especificidades destes povos; logo que terá profissionais que atuarão nestes territórios. Sendo assim, é imprescindível que estes profissionais saibam lidar com as formas de organização que cada povo possui.

Por essa razão, procurei no espaço acadêmico debater sobre essa questão, por perceber que a discussão sobre a temática indígena ainda não tem tanta visibilidade no curso. Desta forma, a questão indígena pouco a pouco vai sendo inserida no Serviço Social com a participação dos próprios indígenas no curso, sendo que estes buscam trazer exemplo das vivências em suas

¹ Utilizo nesta palavra o termo (x) como expressão para linguagem neutra, pois não designo o gênero dos sujeitos apresentados. “O termo designa uma linguagem que abarca pessoas cujas identidades de gênero não são designadas pelos compostos binários homem ou mulher, partindo-se do pressuposto que a diversidade de identidade compõe múltiplas performatividades de gênero.” (COVAS; BERGAMINI, 2021, p. 54900).

aldeias e das vulnerabilidades que os cercam para, assim, pensarem estratégias de luta para acesso às políticas públicas que lhes são de direito.

No entanto, como o Assistente Social possui na sua prática profissional a pesquisa como forma de compreender a realidade dos sujeitos perante as mazelas da questão social, é importante que estes possam ter acesso a materiais como esse para a realização da sua práxis profissional, que refere ao embasamento da prática por meio da teoria e prática.

[...] O assistente social é esse eterno pesquisador das relações de uma realidade que a todo o momento surpreende. Outrossim, termo "escuta sensível" sugere uma perspectiva de prática profissional, em realidade indígenas, centrada em uma escuta holística, contínua e sistemática. Na verdade, a linguagem do profissional depende desse tipo de escuta. Uma ferramenta, cuja a direcionalidade está centrada no sentir, nas afetividades, cognições e no imaginário dos sujeitos. Tais elementos não exigem uma leitura crítica histórica da realidade, mas agrega a essa leitura a compreensão de atitudes, sentimentos e fatos sociais em jogo, carregam, para esse profissional, elementos para uma compreensão mais totalizantes e sintonizadas com os novos tempos. (OLIVEIRA; POMPEU; ROSA, 2015, p. 382).

Os autores refletem que os profissionais de Serviço Social na prática profissional podem ser considerados pesquisadores, tendo em vista que para a análise crítica das realidades dos sujeitos que demandam seus serviços, é necessário realizar estudo que vise compreender as especificidades da realidade apresentada. Deste modo, deve-se realizar uma escuta ativa e sensibilizada com base no aspecto teórico-metodológico da profissão, tornando acessível as informações por meio da linguagem compreensível para os usuários, para que, assim, seus encaminhamentos correspondam às demandas dos indivíduos.

No contexto da realidade indígena é necessária a compreensão da forma organizativa vivenciada por determinado povo. Nesse sentido, é de fundamental importância que o/a Assistente Social, ao ser inserido para realizar a prática profissional num território indígena, possa desenvolver o estudo do povo, como estratégia pode ir se aproximando das lideranças locais, para que o seu trabalho seja ainda mais eficaz. É justamente nesta situação que é indispensável que estes profissionais se utilizem da linguagem compreensível para que as lideranças possam compreender o papel profissional que o/as Assistentes Sociais desempenharão no povo.

Este trabalho de conclusão de curso estrutura-se em três capítulos: o **primeiro** aborda de forma sistemática o contexto histórico do protagonismo de luta das mulheres indígenas, descrevendo os caminhos trilhados por essas mulheres no processo de suas organizações e suas formas de mobilizações política. Sendo assim, descrevo as formas de organização das mulheres indígenas dentro de seus territórios em nível nacional e quais os principais enfrentamentos de suas lutas. Além disso, destaco as principais mulheres indígenas que contribuíram para o movimento da região do Nordeste. Ressalto sobre a questão Indígena no estado do Ceará,

destacando a Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará (AMICE) frente às problemáticas que rodeiam as mulheres indígenas. Apresento o povo Jenipapo-Kanindé, contando a história, trajetória, mobilizações e lutas, evidenciando os marcadores sobre a participação política das mulheres Jenipapo-Kanindé e as contribuições delas na luta indígena no estado do Ceará.

No **segundo capítulo**, abordo como é estruturada socialmente a questão de gênero dentro do movimento indígena e como é a imagem de uma mulher sendo cacica e tendo esse lugar de poder, mostrando, assim, à trajetória de cacica Pequena, como já referido, a primeira mulher a ser alçada a esse posto. No mais, apresento o protagonismo das mulheres indígenas na luta contra as violações de direitos e as estratégias das mulheres Jenipapo-Kanindé, e quais são os reflexos no movimento de luta no povo.

E, no **terceiro capítulo**, descrevo a respeito das relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres no povo Jenipapo-Kanindé e como tem se dado os ensinamentos das lideranças mais velhas para as futuras gerações de mulheres do povo, e ênfase sobre o processo de construção de lideranças que darão continuidade na luta política da etnia indígena Jenipapo-Kanindé.

1 MULHERES INDÍGENAS: processos de organização política

1.1 PRINCIPAIS LUTAS DAS MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL

Com o intuito de compreender o protagonismo das mulheres indígenas no contexto do movimento indígena, descrevo, neste trabalho, o processo de mobilização criado por essas mulheres para o fortalecimento da construção da luta por direitos para seus respectivos povos e territórios. Desta forma, ressalto à princípio sobre o surgimento do movimento indígena e posteriormente a participação feminina indígena nesse espaço.

Nesse sentido, é de extrema importância ressaltar que foi com o movimento indígena, criado na década de 1970, que os povos indígenas conseguiram se articular para que pudessem ter seus direitos respeitados e garantidos. Essa estratégia possibilitou que os povos indígenas conseguissem conquistar grandes avanços no processo de demarcação de suas terras. Vale acrescentar que, além dos homens, as mulheres indígenas, nesse período, já estavam interligadas com a luta.

O movimento indígena, desde sua criação e implementação, tem buscado desempenhar ações para garantia da efetivação dos direitos indígenas, possibilitando reivindicações para que as etnias possam obter proteção, pautando a valorização cultural de cada povo. No entanto, pautam como eixo principal a luta pela Mãe Terra.

No que se refere ao movimento criado pelas mulheres indígenas, as manifestações pioneiras de organização política se deram por meio do surgimento das primeiras associações criadas pelas mulheres indígenas da Amazônia a partir de 1980. Essas primeiras iniciativas resultaram na visibilização das demandas das mulheres indígenas, possibilitando, também, o surgimento de outras organizações de mulheres em outras regiões do Brasil, em 1990. Segundo Dutra e Mayorga (2019, p. 122), "Com a institucionalização das demandas das mulheres indígenas, lideranças indígenas femininas passaram a frequentar, cada vez mais as reuniões nacionais e internacionais".

Como bem nos assegura Francisca Silva (2012), do povo Kambinawá, em Pernambuco, pode-se de dizer que o movimento das mulheres indígenas no Nordeste, também nasce de uma provocação instigada em um encontro realizado pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). Torna-se imprescindível destacar que este momento foi um marco importante, para que as mulheres indígenas pudessem exercer o papel de liderança no movimento indígena. Cabe salientar que as mulheres, mesmo

antes de possuírem um espaço nesse movimento maior, já exerciam papéis nas lutas de seus povos.

A melhor maneira de compreender esse processo é entender que a trajetória feminina no movimento indígena foi considerada como um processo marcado por significações, tanto para as mulheres indígenas como para os homens. Assim, figuras femininas vão ganhando espaços nas lutas de forma mais abrangente.

Conforme explicado acima, pode-se afirmar que as lideranças indígenas femininas já detinha papel importante nas aldeias e aos poucos se engajavam no movimento maior da luta, mas não exerciam papéis principais no movimento indígena. As autoras mencionadas acima apresentam o longo processo que as mulheres indígenas percorreram para conseguirem ser reconhecidas na luta como os homens eram.

As mulheres têm uma grande importância no campo do movimento indígena com um todo. Além, de suas atribuições dentro de casa, no convívio familiar, também contribuimos com o movimento indígena nas reuniões e retomadas. Temos o papel importante de cuidar da alimentação das lideranças e dos/as parentes que se encontram á frente do movimento. Trabalhamos juntos com nossos companheiros e parentes. (SILVA, 2012, p. 32).

Portanto, torna-se evidente que o processo percorrido pelas lideranças femininas se deu, também, para que essas mulheres pudessem se tornar figuras importantes no movimento indígena. Porém, exercer papel de liderança no movimento e ter vida doméstica não é uma tarefa fácil, mas, pode-se considerar que para as mulheres indígenas, a vida doméstica nas aldeias é, também, um lugar de poder. Como afirma Jurema Souza (2012, p. 31), “apesar das dificuldades e desafios as mulheres indígenas do Nordeste tem ensinado ao movimento indígena em geral, e ao próprio feminismo, que a casa é, também, um espaço de poder”.

No entanto, é preciso ressaltar que no ato político das mulheres não há questão de retirar dos homens o papel de líderes e lideranças, pois o que se busca é juntar as forças para somar na luta.

O movimento de mulheres indígenas surge como uma estratégia para que as pautas de gênero sejam apresentadas no movimento indígena. É importante reconhecer que as mulheres, ao demarcarem este espaço, possuem uma grande oportunidade de tornar possível a visibilização de suas pautas e participações. Angela Sacchi (2006) afirma que as mulheres indígenas buscam ocupar este espaço considerando o bem maior, que é luta pela terra e a garantia dos direitos de seus povos, mas, também, se consideram figuras importantes no processo de fortalecimento da luta do movimento indígena, pois poderão somar forças junto aos líderes masculinos de seus povos.

Pode-se dizer que as mulheres indígenas sempre foram figuras importantes nas lutas de seus povos. Neste contexto, fica claro que as mesmas sempre estiveram interligadas com a luta. O mais preocupante, contudo, é constatar que mesmo as mulheres tendo constante participação dentro e fora de suas aldeias, ainda é possível perceber que suas lutas permanecem invisibilizadas. Isso porque ainda há frequente assimilação do movimento indígena como um espaço representado pela figura masculina. (RAMOS; SILVA, 2018, p. 10).

Conforme explicado acima é importante afirmar que as mulheres indígenas sempre estiveram protagonizando a luta de seus povos, porém não obtinham o devido reconhecimento dentro do movimento local de seus territórios e nem no movimento indígena. Os homens eram quem possuía a maior visibilidade no que tange o movimento de luta dos povos indígenas.

Por conta disso, nós mulheres indígenas nos vimos com a necessidade de realizar eventos para que nossas pautas pudessem ser visibilizadas, sem perder de vista a importância da luta pela terra e por direitos para nossas aldeias, e sem, também, menosprezar a luta dos nossos parentes homens.

Segundo Jurema Souza (2012), a visibilização das lutas das mulheres indígenas se deu por meio da conquista de espaços nas organizações que eram coordenadas ou organizadas pelos homens nas aldeias. A autora deixa claro que as mulheres começarem a ingressar em outros espaços foi extremamente importante para fortalecer e possibilitar que as pessoas pudessem enxergá-las para além das atividades da aldeia.

Ora, em tese, as mulheres indígenas, além de terem fortes e importantes contribuições nas lutas de cada povo, são, também, fortes influências nesses processos, pois é importante considerar que em muitos territórios indígenas há grandes avanços e conquistas graças à luta de líderes femininas.

[...] As mulheres têm fortes influências nas participações nas lutas e conquista de direitos do seu povo. As mulheres indígenas Pataxó exercem várias funções, como educadora, liderança, e sendo estas a grande maioria nas retomadas [...]. As mulheres Pataxó exercem múltiplos papéis, e são um referencial político, devido a sua própria história como agentes transformadoras da sua realidade social e protagonistas na luta e defesa de seus direitos territoriais. Há uma grande preocupação das mulheres Pataxó em relação aos entraves para a efetivação dos direitos constitucionais frente aos retrocessos e ataques sofridos à Constituição Federal, por parte do Congresso Nacional. As mulheres sempre estão atentas aos acontecimentos que afetam o seu povo, engajando-se na luta pela demarcação de suas terras, pois, para essas mulheres, a terra é o maior bem que possuem. (SANTOS, 2017, p. 37-44).

A autora Juliana Santos do povo Pataxó/BA deixa claro o poder exercido pelas mulheres indígenas, pois possuem muitos papéis que contribuem para luta pelas terras e pelos direitos de seus povos (SANTOS, 2017). Esse é o motivo pelo qual é importante frisar esse ponto, uma vez que é imprescindível apresentar as posições em que essas mulheres estão inseridas nos

povos indígenas. Conforme citado por Juliana Santos (2017), apresento o exemplo do povo Pataxó, onde as mulheres demarcam importantes posições nas organizações do povo e suas preocupações perante os trâmites dos processos pela luta territorial.

Essas mulheres estão cada vez mais sendo as principais protagonistas das mobilizações organizadas pelos povos indígenas, buscam inserir suas pautas, mas não deixam de evidenciar a vertente principal do movimento que é a luta pela terra. Conforme explicado acima, podemos compreender a grandiosa importância da visibilização da luta feminina nas etnias indígenas, tendo em vista que este momento demarca o fortalecimento da luta.

As mulheres indígenas tomam consciência participarem da organização para a luta, de fortalecer e ocupar espaços tradicionalmente destinados aos homens. A ideia não é substituir os homens por mulheres, mas ser parceiras nas lutas contra as injustiças [...]. A grande luta das mulheres Pataxó é de romper com essa tradicionalidade do papel de gênero, e que vem aos poucos quebrando com essa construção social da sociedade Pataxó, quando ela transpõe os muros invisíveis e se tornam lideranças. (SANTOS, 2017, p. 46-50).

A autora deixa claro que as mulheres indígenas, ao tomarem a consciência de ocupar espaços de poder e decisões, buscam não só sair da posição de invisíveis, como ser parceiras dos homens nas lutas. Desta forma, a consciência da mulher indígena para ocupar estes espaços corrobora de maneira inegável com a quebra da construção social de que os espaços de poder devem ser destinados aos homens.

Quando surgem lideranças femininas no movimento indígena, é marco significativo, tendo em vista que estimula para que muitas outras mulheres indígenas possam participar deste processo e, assim, fortalece a luta feminina no contexto do movimento indígena.

A cada momento surgem lideranças de destaque no movimento indígena e que passam a contribuir no contexto da luta. Quando se trata da presença de uma mulher, então o fortalecimento para a discussão de igualdade de gênero é maior. Pois uma liderança feminina no movimento indígena é sempre uma referência para as demais mulheres, porque, mesmo elas sendo pouquíssimas, estão em pé de igualdade com os homens na voz e na representatividade. (RAMOS, 2015, p. 21).

Conforme citado acima pela autora Elisa Ramos, a melhor maneira de compreender esse processo é considerar que o debate de gênero no contexto do movimento indígena é imprescindível para questões muito mais amplas. Pois não se trata de apenas visibilizar o papel feminino, mas, também, de quebrar os padrões que se destinam para as mulheres. Julgo pertinente trazer à tona a importância de salientar que a luta das mulheres não se equivale para tomar os espaços dos homens. Contrário a isso, busca-se juntar as forças entre ambos para o fortalecer da luta (SANTOS, 2017).

Pode-se dizer que a participação das mulheres indígenas dentro das articulações nas aldeias sempre existiu, mas somente nos últimos anos que se tem ganhado maior visibilidade,

frente à luta pelos direitos de seus povos. Como na sociedade dos “brancos”, nas aldeias também havia e há a concepção de que as mulheres deveriam ser responsáveis pelos afazeres de casa, do plantio e colheita das roças.

Sendo assim, mesmo que este papel fosse importante, considera-se que por essa questão, é que se procedeu a invisibilização, pois enquanto as mulheres seguiam ocupando esses espaços nas aldeias, os homens se deslocavam para outros lugares para representar a aldeia. Jurema Souza (2012, p. 30) afirma que "o papel importante desempenhado pelas mulheres indígenas no cotidiano das aldeias e na luta dos povos nunca foi negligenciado, mas sim em alguns momentos invisibilizado".

Maria Helena Matos (2012) mostra que, embora as mulheres indígenas ainda não tenham suas reivindicações visibilizadas como deveria, no movimento de seu povo e no movimento indígena é possível compreender que as mulheres não possuem o mesmo posicionamento reivindicado pelos grupos feministas, como afirma-se a seguir:

Diferentemente dos posicionamentos políticos assumidos por feministas, as mulheres indígenas se colocam no movimento indígenas, sobretudo em fase inicial, de modo complementar à luta dos líderes masculinos[...]. Ou melhor estão tentando fazer mais do que isso ao articular organizações específicas para fortalecer seu protagonismo no campo político indígenas e das relações interétnicas. (MATOS, 2012, p. 140).

Em face do que foi exposto anteriormente, podemos chegar à conclusão de que as mulheres indígenas são figuras importantes na luta dos povos indígenas, sejam as que exercem seu poder nos fazeres dentro da aldeia, ou as que reivindicam os direitos de seu povo no mundo externo. Logo, é indiscutível que é extremamente importante visibilizarmos a luta destas mulheres e apresentarmos a importância do protagonismo destas mulheres para o movimento indígena. Deste modo, este trabalho possui uma grande importância, pois se busca refletir os espaços ocupados por estas mulheres seja nas aldeias ou fora delas.

1.2 CONTEXTO ATUAL DAS MULHERES INDÍGENAS DO NORDESTE

É interessante descrever que a representação de mulheres indígenas do Nordeste é pensada através da liderança indígena Maninha Xukuru-Kariri, durante o tempo em que esteve ligada à APOINME – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, criada em 1990. Segundo Priscila Gomes (2019, p. 42), "a APOINME surge com o objetivo de articular os povos indígenas do Leste e Nordeste na defesa dos direitos conquistados na Constituição Brasileira de 1988".

Segundo Francisca Silva (2012), a ideia de que era preciso representação de líderes femininas nas instâncias do movimento indígena na região Nordeste, surge da grande guerreira Maninha-Xukuru. Assim, Maninha dedicou por demarcar a importância de líderes mulheres nas decisões políticas nas articulações dos povos Indígenas. Deste modo, após vários encontros, a primeira indígena a ser nomeada foi Ceíça Pitaguary para representar as mulheres na APOINME.

De acordo com Aires e Gomes (2018), Ceíça Pitaguary tomou posse em 2007 e ficou até 2009 na coordenação do Departamento de Mulheres Indígenas da APOINME (DEMI), criado com o propósito de articular as mulheres indígenas para a garantia de mais espaço no movimento indígena. Este departamento surge pelas seguintes questões:

O surgimento de um departamento para tratar de gênero dentro da APOINME está relacionado com os seguintes aspectos: a trajetória de militância política de lideranças indígenas na política indígena estadual e ao trabalho de militância de mulheres indígenas no Nordeste; o interesse crescente, na esfera nacional e internacional, pela questão de “gênero” entre as mulheres indígenas. Este DMI nasceu com o objetivo de articular e reunir as mulheres indígenas na busca de garantir mais espaço dentro do movimento indígena. O Departamento está ligado a outros departamentos e organizações de mulheres indígenas, como o DMI da COIAB, o DMI da Articulação de Povos Indígenas da Região Sul, a OMIR, Conselho de Mulheres Indígenas Potiguara (COMIP), a Articulação de Mulheres Indígenas do Ceará (AMICE), Organização das mulheres indígenas Xukuru Kariri (OMIXUK) e Organização das Guerreiras Indígenas Kambiwa (OGIK). (GOMES, 2019, p. 42).

O contexto histórico aponta o surgimento de algumas articulações voltadas para as mulheres indígenas no Nordeste. Deste modo, surge, nos anos 2000, em um encontro em Alagoas, o Comitê Inter-Tribal de Mulheres Indígenas (COIMI).

No Nordeste surge o comitê inter-tribal de indígenas (COIMI), em Alagoas. Ele foi criado em uma reunião que contou com 21 mulheres e o oficializaram feminino na luta pela saúde, educação, autossustentabilidade e contra a violência de gênero, envolver e articular mulheres indígenas na região Nordeste. O papel do COIMI como articulador foca na criação de programas de autossustentabilidade para as mulheres indígenas e participa dos conselhos nacionais de políticas públicas da região Nordeste. (AIRES; GOMES, 2018, p. 04).

Conforme explicado acima, podemos considerar que as indígenas já atuavam no movimento indígena, porém, não detinham muito espaço. Deste modo, buscaram criar departamentos que pudessem englobar a atuação feminina indígena na organização política do movimento, pois em alguns territórios indígenas já havia forte participação das mulheres frente aos movimentos.

Ticiane Antunes (2008) aponta que, assim como na sociedade dos "brancos", ocorreu nos territórios indígenas uma transfiguração do que se refere ao papel destinado aos homens e às mulheres. Sendo assim, a mulher passa a ser representada com papéis além de mãe e esposa, podendo, exercer, também, o cargo de liderança. A autora deixa claro que não é que a mulher

largou a vida doméstica para torna-se liderança, mas que poderia cumprir o papel de líder, embora tivesse outras responsabilidades; e os mesmos papéis que as mulheres cumpriam os homens também podem cumprir.

É interessante, aliás, destacar que as mulheres se viram, por alguns momentos, silenciadas. Por esta razão, ocupar esses espaços é importante, principalmente pela questão do número ainda pequeno de mulheres neste espaço. Como afirma a indígena Elisa Ramos (2015, p. 14), "Como o número destas mulheres é reduzido dentro do nosso movimento, sinto que a minha missão é maior, por que a minha voz é a voz de mulheres que estão caladas". Conforme mencionado pela autora, as mulheres buscam que a voz feminina seja escutada nos espaços de organização política, pois, embora sejam protagonistas nos movimentos locais, somente nos últimos anos que tem se dado mais ênfase para a participação política das mulheres indígenas.

As mulheres indígenas trazem consigo, seja nas lutas no movimento indígena ou nas lutas nas bases de suas aldeias, a potencialidade da força alicerçadas nas ancestralidades. E nas suas formas de organização não seriam diferentes.

De acordo com Cacica Irê (LAGOA ENCANTADA, 2020) ser mulher indígena se constrói no saber ancestral com base na espiritualidade:

Ser uma mulher indígena pra mim é ter uma espiritualidade é ser uma mulher que ocupa seu espaço, não como indígena em si, mas como mulher, e ai o carregar indígena vai para além da questão do gênero mesmo, e que se abstrai muito na questão espiritual, as mulheres indígenas que vivem o movimento e buscam a sua espiritualidade elas conseguem ser umas mulheres ativas perante a sua vida, a sua existência, o seu povo. Então pra mim ser uma mulher indígena é de uma importância e tanto, né?! Mas é claro sendo uma mulher que carrega a sua espiritualidade, sendo uma mulher que participa ativamente de momentos espirituais que é o que nos faz nos fortalecer na luta. (CACICA IRÊ, LAGOVA ENCANTADA, 2020).

Conforme explicado acima, podemos afirmar a importância de as mulheres terem seus espaços nesse coletivo com maioria de homens; levando em consideração que a força da luta coletiva advém, também, dessas mulheres, que, apesar de estarem muitas vezes por trás dos líderes masculinos, era quem tomava ação de determinadas estratégias nas aldeias, por exemplo. Quando há retomadas, muitas vezes são essas mulheres que estão à frente, quando os homens precisam sair são essas mulheres que ficam na aldeia, seja cuidando dos filhos, como, também, da aldeia.

Ao longo dos anos, as mulheres indígenas começam a se organizar regionalmente. Sendo assim, as indígenas do Nordeste se articulam por meio da APOINME para a realização do primeiro encontro para discutir suas questões, em 2007, como afirma Ricardo Verдум (2008, p. 11):

Na Região Nordeste, a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) realizou, no início de 2007, seu primeiro encontro

regional de mulheres (“guerreiras”) indígenas. Na Região Centro-Sul, a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPIN-SUL) realizou, no segundo semestre de 2007, igualmente, seu primeiro encontro regional de mulheres indígenas. A vontade de mudança tem sido um importante estímulo para as mulheres. Fortalecer os processos regionais e articulá-los, visando influir nas relações locais e nas políticas públicas, é o maior desafio. Sendo garantida às mulheres indígenas autonomia de organização e na definição de prioridades, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) poderia ser uma importante aliada.

O autor deixa claro, na citação acima, que as mulheres do Nordeste buscam, por meio deste primeiro encontro regional, mudar os tipos de relações sociais existentes nas aldeias. Esse é o motivo pelo qual é importante frisar que as mesmas buscavam mudanças nas formas de vivências em seus territórios para que pudessem adquirir suas autonomias perante as lutas.

Os encontros das mulheres indígenas proporcionam um importante passo para que estas tenham autonomia política nas organizações de lutas.

As mulheres indígenas de várias etnias participam de vários encontros, o que contribui para a troca de experiências e conhecimentos, o que tem proporcionado o fortalecimento e a consolidação de suas organizações, do mesmo que fortificam a capacidade de setores do movimento de mulheres indígenas para participar e desempenhar influências sociais na esfera pública. (SANTOS, 2017, p. 35).

Como citado, pode-se dizer que o que estimulou esse processo foi o desejo das mulheres indígenas para mudar a forma como, nas aldeias, elas eram representadas. Neste contexto, fica claro que essa mudança gerou grandes avanços, pois conseguimos enxergar as mulheres em espaços que, até então, só tinha homens.

Nesse contexto, reforço que na região do Nordeste podemos considerar que as mulheres indígenas possuem grande articulação política. Em algumas regiões são as indígenas que viajam para representar seus povos nas mobilizações em prol da garantia dos seus direitos. Deste modo, podemos citar algumas mulheres mais velhas de povos do Nordeste que abriram os caminhos para que novas mulheres pudessem lutar por seus povos. Assim, destaco Maninha Xukuru-Kariri, Cacica Pequena Jenipapo-Kanindé, Josefa Pataxó/BA, Maria Kiriri, Marilene Pataxó, Ilza Pataxó, Dorinha Pankará, Quitéria Binga Pankararu, Cacica Hilda, Zenilda Xukuru e Minervina Pataxó Hã-hã-hãe, dentre muitas outras.

No cenário indígena brasileiros, para falar sobre o trabalho das guerreiras indígenas e sua organização é preciso primeiramente fazer menção a quatro grandes lideranças mulheres: Maninha Xukuru-Kariri, Quitéria Binga, Zenilda Xukuru e Cacica Hilza Pankararu. Elas são exemplo de que o movimento de mulheres indígenas não é novo, pois sempre existiram mulheres que conduziram seus povos sem ter a preocupação de que existisse um movimento específicos [...] o que se tem hoje é fruto da caminhada e da luta dessas bravas guerreiras. (Ceiza Pitaguary). (AIRES; GOMES, 2018, p. 9).

Conforme descrito por Aires e Gomes (2018), as mulheres indígenas trilharam caminhos imprescindíveis para que pudessem conquistar espaços de visibilidades. O mais importante, aliás, é perceber a forma como mulheres indígenas mais novas retratam o protagonismo das

mais velhas. Ou seja, com a fala da grande liderança indígena Ceíça Pitaguary, podemos dimensionar a importância da luta de cada liderança feminina mais velha para que, atualmente, as aldeias do Nordeste fossem tão protagonizadas por mulheres.

As mulheres indígenas do Nordeste desde sempre tiveram intimamente ligadas com a luta de seus povos. Reconheciam que nos territórios que faziam parte tinham questões relacionadas ao papel do homem e da mulher, e o quanto era necessário haver algumas ressignificações; porém, começaram a pautar estas questões recentemente. Como bem nos assegura Jurema Souza (2012, p. 30) "A discussão [...] de gênero é algo relativamente recente, fruto de uma articulação maior com outros movimentos de mulheres, e da circulação em espaço de poder que antes eram destinados aos [...] homens", por exemplo, as discussões de gênero nas comunidades indígenas surgem através de articulação que envolveu outras mulheres e quando estas passaram a exercer papéis em espaços que eram ditos para homens.

1.3 ARTICULAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DO CEARÁ (AMICE) E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O MOVIMENTO INDÍGENA DO ESTADO

“Mulheres indígenas: uma força em muitas lutas.” (AMICE, 2019, grifo nosso).

A Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará – AMICE foi criada no ano de 2007, com o intuito de possibilitar que as mulheres indígenas pudessem unificar-se em nível estadual, para desenvolver ações que fortalecessem a importância do papel feminino no contexto do movimento indígena. Além disso, a AMICE é considerada uma organização que tem fortalecido a luta dos povos indígenas do Ceará, tendo em vista que está interligada com a Federação dos Povos e Organizações Indígenas no Ceará – FEPOINCE.

Foi criada a Articulação de Mulheres Indígenas no Ceará (AMICE). A qual iniciou sua existência com o objetivo de articular as mulheres estadualmente, levar informações, buscar projetos, reivindicar os direitos das mulheres. Esta organização surgiu articulada com a APOINME e a Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (COPICE). A AMICE autocaracteriza-se como uma organização do movimento indígena, que se constitui como associação civil, sem fins lucrativos, de personalidade jurídica de direito privado, sem vinculação político-partidário nem religiosa. (AIRES; GOMES, 2018, p. 13).

Podemos considerar que a AMICE é uma importante estratégia de luta das mulheres indígenas do Ceará, tendo em vista que tem buscado trazer reflexão para o movimento indígena do estado sobre o protagonismo feminino. A carta aberta da V Assembleia da Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará – AMICE (ARTICULAÇÃO..., 2019), de 2019, descreve sobre

o olhar das mulheres centrado nos conflitos que os povos indígenas do Ceará têm enfrentado pela luta por terra, educação e saúde.

Conforme verificado na carta da V assembleia da AMICE de 2019, essa articulação tem demonstrado grande importância para o movimento dos povos do Ceará. Sob essa ótica, ganha particular relevância considerar que a AMICE tem contribuído bastante nas lutas, pois tem dedicado suas mobilizações tanto para as especificidades das mulheres indígenas, quanto para a luta por direitos de seus povos.

Pode-se dizer que as mulheres indígenas incorporam suas participações na luta com uma filosofia de vida: acreditam que somente através da luta as etnias podem alcançar os seus direitos. Desta forma, buscam autonomias para reivindicar sobre suas questões em específico e para que a cultura de seus povos seja valorizada.

No entanto, as mulheres indígenas, em específico as do Ceará, se organizam e criam a AMICE com o propósito de fomentar nos movimentos do Estado a autonomia da mulher indígena perante o contexto do movimento indígena. Sendo assim, no Estatuto da AMICE (ARTICULAÇÃO..., 2019) consta que:

Art. 1º - A articulação das Mulheres indígenas no Ceará - AMICE constitui com uma organização do movimento indígena; Art. 2º Inciso I - tem como objetivos promover de maneira articulada e unificada das mulheres indígenas [...] ;II - fortalecer e divulgar a luta das mulheres indígenas; VI- Respeitar e fazer respeitar a participação das mulheres indígenas no movimento indígena.

O processo de desenvolvimento organizacional de mulheres indígenas se apresenta para o movimento de seus povos como um grande avanço, pois tem contribuído para que consigam avançar nas lutas e, principalmente, inserir nas pautas de luta a questões de gênero. Neste contexto, nas informações encontradas no Marco Conceitual dos Povos Indígenas disponibilizado pelo projeto de desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará – projeto São José IV (PROJETO..., 2019) a criação de uma articulação voltada para mulheres indígenas no Ceará, se constitui como ideia que defende que é necessária a valorização do protagonismo feminino nas ações do movimento indígena.

Não é exagero afirmar que as mulheres trilham um caminho importante para conquistar espaços nas organizações indígenas. Desta forma, pensando que havia a necessidade de um espaço onde essas mulheres pudessem se articular para criar mecanismo de enfrentamento contra as violações que as atingem e os territórios, é que se cria esta articulação.

Nas descrições apresentadas no Marco Conceitual dos Povos Indígenas (PROJETO..., 2019, p. 20), [...] a AMICE tem como “principal tarefa articular os diversos grupos de mulheres indígenas do Ceará, promovendo discussão das pautas políticas, dos direitos humanos e dos

mecanismos de proteção contra a violência e violação de direitos das mulheres indígenas”. Conforme mencionado, é com base nessas questões que a AMICE tem buscado propor mobilizações a fim de dialogar com as mulheres em busca de solucionar estas problemáticas.

Ora, em tese, as mulheres indígenas têm se organizado de maneira muito estratégica, colocando em suas discussões questões pertinentes que não só as atingem, mas, também, que atingem a luta coletiva de seus territórios. É importante considerar que as mulheres criam suas articulações para que as especificidades de seus povos sejam respeitadas. Por esse motivo, as indígenas buscam se organizar em nível regional, pois cada povo possui sua forma de se organizar.

As razões pelas quais surge uma articulação voltada para as mulheres indígenas dos povos indígenas no Ceará estão alicerçadas em quatro motivos. Vejam a seguir:

Até agora existem as seguintes razões para o surgimento da AMICE: a primeira razão está vinculada a forte participação das mulheres indígenas nos eventos político do movimento indígena estadual, a segunda razão foi a presença de figuras femininas de destaque no cenário indígena Nordeste, a terceira razão a articulação das mulheres indígenas articuladas com a APOINME e a quarta razão foi o interesse na garantia de políticas públicas para as mulheres indígenas do Ceará. (GOMES, 2019, p. 52).

A autora deixa claro na citação acima que o surgimento da articulação de mulheres indígenas cearenses se constitui por meio das trajetórias das mulheres no contexto da luta. As provocações para que surgisse tal articulação se sobrepõe com a necessidade de um espaço onde as indígenas pudessem ter mais diálogos umas com outras, para estimular para que mais mulheres pudessem se inserir no movimento de seus povos e no movimento maior.

[...] A nível Estadual nós temos a AMICE que é a articulação das Mulheres Indígenas do Estado do Ceará, na qual hoje eu estou como coordenadora, né? Uma pessoa da frente que está nessa organização ajudando as mulheres indígenas do Estado do Ceará a se organizarem e a ter uma autonomia própria, a ter Empoderamento trazendo essas mulheres mais pra o movimento, fazendo com que essas mulheres entendam que a participação delas dentro desses espaços são importante, que elas precisam sair do espaço a aldeia e ir acampar dentro de outros espaços, né?. E ai nós temos essas organizações na qual são organizações que fortalecem a luta das mulheres indígenas diariamente [...]. (CACICA IRÊ, LAGOA ENCANTADA, 2020).

Com base no que a Cacique Irê relata no trecho da entrevista acima, é inegável que o papel desenvolvido pelas mulheres indígenas do Ceará, através da AMICE, tem proporcionado uma rede de construção coletiva das mulheres. Permitindo trocas de diálogos com o intuito de fazer com que as indígenas possam ter suas vozes ecoadas e terem consciência que suas participações nas articulações de lutas são importantes e que elas devem ocupar estes espaços sejam eles nas aldeias ou fora delas.

A AMICE se constituiu desde sua criação como uma organização que fortaleceu a participação das mulheres indígenas a estarem em espaços em que antes eram destinados somente aos homens indígenas. Sendo assim:

A partir da constituição da AMICE as mulheres indígenas passaram a ter mais espaço nas assembleias do movimento indígena e começaram a buscar mais espaço de participação em outros níveis. Uma das lideranças indígenas entrevistada citou que durante a conferência de Igualdade Racial as mulheres indígenas passaram a defender mais vagas específicas para as mulheres e que houve resistência e enfrentamento com homens do movimento indígena nacional. Nesta ocasião as mulheres conseguiram mais vagas e passaram a sempre lutar por vagas para mulheres nas conferências. (DIGNÓSTICO..., 2017, p. 50).

Conforme citado acima, a Articulação das Mulheres Indígenas no Ceará – AMICE tem se empenhado para que as mulheres possam ter mais espaços e que consigam ser escutadas. Nesse sentido, tem buscado através de seus planejamentos de ações pautar as questões pertinentes que atingem essas mulheres nas instâncias de suas etnias. Em vista disso, de acordo com o Diagnóstico... (2017, p. 51):

[...] A nova gestão da AMICE terá que articular os [...] grupos de mulheres indígenas do Ceará, promovendo a discussão das pautas políticas, dos direitos humanos e dos mecanismos de proteção contra a violência e violação de direitos das mulheres indígenas.

Fica evidente que a Articulação das Mulheres indígenas no Ceará remete a um grande ganho tanto para as mulheres quanto para o movimento indígena. Vê-se, pois, que esse movimento organizado pelas mulheres proporciona o fortalecimento da luta dos povos indígenas no Ceará. Logo, que é indiscutível o fato de que esta articulação além de refletir no movimento indígena questões de gênero, tem conquistado parcerias organizacionais que ajudam as aldeias nos seus processos de conquista de direitos.

1.4 MULHERES DA ENCANTADA: luta e organização

As mulheres da Encantada são indígenas do povo Jenipapo-Kanindé, vivem às margens da Lagoa Encantada, são conhecidas pela forte influência de liderança no povo. A primeira mulher do povo a se tornar Cacica foi Maria de Lourdes da Conceição Alves, mais conhecida como Cacica Pequena, que recebeu o cargo de líder da aldeia Lagoa Encantada no dia 06 de março de 1995. No período em que Cacica Pequena recebe o cargo de cacique, não havia mulheres com neste tipo de liderança; por essa razão, Pequena se torna a primeira mulher a ter essa representação indígena. No entanto, nessa época sofreu muito preconceito, pois os homens indígenas não aceitavam que as mulheres pudessem ter esse tipo de poder (SILVA, 2014).

Desde que recebeu o encargo de cacique, Pequena vem rompendo paradigmas, tendo em vista que busca em sua luta enquanto mulher e líder representar, no movimento, o protagonismo da mulher indígena. Foi com a participação da cacica Pequena que surgiu o início da luta das mulheres da Encantada. De acordo com Aguiar, Medeiros e Santos (2018) a cacica Pequena é considerada uma das principais lideranças femininas das etnias indígenas.

Conforme explicado acima, é importante ressaltar que desde que cacica Pequena tornou-se líder, tem se empenhado em conduzir as mulheres de seu povo para se integrarem no movimento, para que mais mulheres pudessem fazer parte do movimento maior. Desta forma, a cacica buscou, após sete anos como liderança no movimento de seu povo, criar uma organização voltada para as mulheres de seu povo, a fim de agregar mais mulheres nas lutas.

Em vista disso, surge a Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé – AMIJK, criada em 12 de abril de 2002; foi a primeira organização de mulheres indígenas criada no estado do Ceará. De acordo com Aires e Gomes (2018, p. 6), a "AMIJK foi a primeira organização exclusiva de mulheres no Ceará, tendo em vista que em seu Estatuto de fundação aparecem claras manifestações de diferenciações entre homens e mulheres". Os autores deixam claro esta associação é instituída com o propósito de articular as mulheres da Encantada para fortalecê-las e integrá-las à luta.

Pode-se dizer que a forma de articulação das mulheres Jenipapo-Kanindé é uma ferramenta de luta para o povo. É certo afirmar que através dessa organização as mulheres da Encantada, puderam obter mais autonomia e refletir mais acerca de seus espaços na aldeia.

Não há como negar a importância da cacica Pequena no processo político de seu povo, principalmente para as mulheres, logo que a mesma, desde que tomou posse do cargo de cacique, lutou para que fosse criada uma rede de apoio voltada para as mulheres de seu povo. Foi com esse sentimento de luta que cria a AMIJK, onde tem corroborado para a luta constante do povo

Jenipapo-Kanindé. Tendo em vista que tem proporcionado que o povo tenha acesso a projetos voltados para a juventude, para valorização da cultura e readequação de espaços da comunidade.

O movimento de mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé se caracteriza como um importante espaço de empoderamento de mulheres e meninas. Por meio deste movimento, é perceptível a participação ativa das mulheres nos espaços de luta. Consideramos que o povo Jenipapo-Kanindé é uma grande referência para as demais etnias do Estado do Ceará, pois com as mulheres à frente da luta do povo contribui para que as outras aldeias possam incentivar as mulheres a participarem do movimento indígena.

Atualmente a aldeia é liderada por três cacicas, a cacica Pequena, cacica Jurema e cacica Irê. Regilene Vieira (2019) descreve que a forma de organização do povo é regida pelas mulheres, tendo em vista que as mulheres assumem inúmeras funções:

As mulheres estão na base da estrutura da organização social Jenipapo-Kanindé, em que exercem diferentes atividades e assumem diferentes atividades e diferentes funções no grupo: são mães, professoras, diretoras, caciques, presidenta das organizações internas do grupo, entre outros, e assim desempenham papel importante na sociopolítica do povo a partir da figura das três caciques, principais lideranças políticas na gestão do povo e território. (VIEIRA, 2019, p. 66).

É certo afirmar que nos espaços em que as mulheres desempenham papéis, elas nos empoderam para que tenhamos consciência da importância do nosso papel, de sermos e estarmos onde quisermos. Desta forma, esse processo de ensinamento se dá no âmbito da casa, porque, ao contrário do que muitos pensam, os espaços da casa também se caracterizam como um espaço de poder para as mulheres indígenas.

Nos espaços da casa as mulheres indígenas repassam para as meninas os saberes da cultura de seu povo. Além disso, incentivam meninas e mulheres a se fazerem presentes nos espaços de luta pela garantia de direitos de seus povos. E, assim, cacica Pequena ensinou as suas filhas, netas, bisnetas e as meninas das parentas da aldeia a trilhar o caminho da luta. Assim relatam a filha, a neta e uma jovem filha de uma indígena do povo:

[...] A Cacique Pequena minha mãe, sempre esteve ativamente no movimento, só que a minha mãe ela não sabia ler e nem escrever. Então uma das formas que ela pegou pra mim ta participando ativamente do movimento foi ajudar ela. Através da necessidade com relação a escrita, em escrever, participar das reuniões, das assembleias, das conferências e escrever tudo que se passava nessa assembleias, nessa conferências pra poder quando chegasse na aldeia dar a devolutiva pra pessoas, né? E ai foi através dessa desculpa que uma de certa forma cacique pequena usou pra ta me arrastando pro movimento indígena, que eu fui pegando gosto, né? E fui tendo muita vontade de estar dentro do movimento e umas das formas, que eu lembro que dos primeiros cargos que eu peguei foi representando os jovens como jovem no primeiro conselho local de saúde indígena que foi criado em nos anos de 1999 pra 2000. (CACICA IRÊ, LAGOA ENCANTADA, 2020).

[...] Desde pequena eu tive esse incentivo de ser uma mulher participativa no movimento, porque a minha vó é Cacique, a minha mãe sempre participou do movimento indígena, a gente sempre teve engajada, isso já vem no sangue, né? por

causa delas duas – Vó e mãe e dos meus tios também que sempre me levaram para as reuniões, e assim dei continuidade na participação no movimento agora na vida adulta, to dando a continuidade na luta das lideranças mais velhas, pra nossa etnia. (ELIANE ALVES SABIDO, LAGOA ENCANTADA, 2020).

[...] O que me motivou a participar do movimento indígena na época em que eu era muito pequena foi a Cacique Pequena, em uma formação que teve la na Caucaia, onde ela levou várias jovens com ela, e dentre todos esses jovens eu estava no meio. E desde daquele momento, que acho que já ta com uns vinte anos que me impulsionou a participar do movimento, e assim foi graças a força e a determinação da Cacique Pequena que me fez entrar no movimento indígena. (VALDISIA COSTA SILVA, LAGOA ENCANTADA, 2020).

Conforme citado acima, o protagonismo das mulheres da Encantada transita entre a casa, a aldeia e a luta à fora. Assim, trilham um caminho de empoderamento no povo reconhecendo na base do povo quem elas são, tendo uma forte influência da matriarca que é a cacica Pequena. As indígenas entrevistadas deixam claro que ela, além de lutar pelos direitos do coletivo, sempre pautou em sua luta o direito de as mulheres de seu povo também exercerem papéis importantes nas articulações.

A luta representada pelas mulheres do povo Jenipapo-Kanindé, trouxe para a aldeia grandes avanços e conquistas. Isso porque pode-se dizer que as conquistas que hoje se tem na aldeia são frutos das lutas destas mulheres:

O primeiro resultado da luta de Pequena como cacique foi 1999, [...]a terra indígena da Lagoa Encantada foi delimitada [...].Em 200 a escola da aldeia passou a contar com alguns professores indígenas. [...] Em 2001 chegou agua encanada e energia, em 2006 o Galpão, depois posto de saúde, o Centro de referência de Assistência Social indígena (CRAS Indígena), Museu indígena Jenipapo-Kanindé (MIJK). (SILVA, 2014, p. 82).

Ticiane Antunes (2008) aponta que a forma como cacica Pequena construiu sua forma de organização consiste em um fator que é preponderante para as conquistas do povo Jenipapo-Kanindé. Deste modo, a autora reforça que a postura de liderança da cacica contribuiu para que houvesse uma configuração no sentido de organização do povo, com ênfase no protagonismo feminino na luta.

O fortalecer da luta nos territórios indígenas perpassa gerações; o que caracteriza grande importância para as mulheres indígenas, sendo que demarca que as meninas mais novas, no seu processo de crescimento, já tenham a consciência do seu lugar e a importância de seus papéis na luta.

Como bem nos assegura Aires e Gomes (2018), pode-se dizer que as mulheres indígenas têm pautado em seus movimentos a luta por direitos para seus territórios; as mesmas se inseriram no movimento indígena para contribuir para o fortalecimento da luta. Neste contexto, fica claro que a centralidade das pautas do movimento organizado pelas mulheres indígenas

está relacionada com as pautas do movimento indígena, que se dá pela luta pela garantia da terra, da educação e da saúde.

A conquista de poder fazer parte do movimento indígena e se apoderar de um espaço que cabia somente aos homens, fez com que as indígenas, no decorrer do tempo, se organizassem em prol de conquistar outros espaços nas aldeias. Atualmente as mulheres se organizam por meio das Associações, articulações, ou seja, é possível perceber que as mulheres indígenas estão em luta constante para terem sempre visibilidade, tanto dentro do movimento indígena local como fora das etnias.

2 GÊNERO E FEMINISMO NO CONTEXTO DAS MULHERES INDÍGENAS

2.1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO INDÍGENA: o protagonismo feminino na organização política

Neste capítulo será abordada a participação política das mulheres no movimento indígena a partir da perspectiva de gênero. Além disso, serão descritos os processos construídos pelas indígenas para que possamos compreender o feminismo na perspectiva indígena.

À princípio pode-se afirmar que as relações de gênero no contexto dos povos indígenas estão intrinsecamente relacionadas com a forma como as mulheres são vistas nos espaços. Tanto mulheres quanto homens ocupam os espaços de luta, mas, por longo período, o ser feminino exercia um papel considerado secundário nesses espaços.

A inserção das mulheres no movimento de organização política dos povos indígenas constitui-se como resultado das transformações no contexto das relações de gênero. Nesse sentido, pode-se dizer que a organização social dos povos indígenas ganha novas configurações no que diz respeito ao papel destinado às mulheres e aos homens.

No entanto, cabe destacar que em cada território indígena existe uma forma de organização e, assim, determina os papéis que as mulheres indígenas adquirem para contribuir na luta.

Nota-se como a mulher indígena tem seu lugar determinado em algumas sociedades. Vale ressaltar que há variações, uma vez que isso depende muito de cada etnia e de cada lugar. Cada povo tem suas regras, suas próprias concepções [...]. (MOURA, 2019, p. 59).

De acordo com Elisabete Santos (2017), essas novas configurações surgem quando as mulheres indígenas passam a ter contato com novas realidades e experiências fora do contexto das aldeias, começando a analisar e questionar as formas de igualdade de gênero presentes em seus territórios. Nesse processo, as mulheres buscaram não se voltar para a criação de um movimento contra os indígenas homens, mas trazer para o movimento a discussão sobre a importância da participação das mulheres para o movimento indígena.

Deste modo, algumas mudanças no contexto dos povos indígenas advêm da forte influência da sociedade branca. E pode-se considerar que os debates crescentes sobre a questão de gênero é fruto dessas influências, porém o diferencial da questão de gênero ser debatida nos territórios indígenas é que cada povo possui sua forma de apropriar-se sobre a temática; abrindo, assim, um leque de possibilidades para a compreensão sobre como ocorre a condução dos povos indígenas a respeito desta discussão.

[...] Com o contato cada vez mais intenso e permanente com sociedade branca, os povos indígenas [...] tendem a incorporar padrões de relacionamentos que se impõe a eles. E assim [...] tem sido pressionados a instituir dentro de suas comunidades novas categoriais sociais e políticas antes não existentes, como as associações de mulheres. (LUCIANO, 2006, p. 210).

No entanto, embora as mulheres sejam a favor da luta coletiva de seus povos e da luta conjunta do movimento indígena, não há como perder de vista a necessidade de reivindicar os direitos que abrangem suas necessidades. É sob esta perspectiva que se ergue a luta que se fundamenta na pauta de gênero no seio do movimento.

Do ponto de vista de Angela Sacchi (2006), o movimento feminista não abrange as pautas específicas das mulheres indígenas, logo que a luta das mulheres indígenas se fundamenta principalmente pela coletividade, mesmo havendo especificidades inerentes às suas necessidades. Neste sentido, o que tudo indica é que no contexto do movimento feminista não se foi pensado uma agenda para se trabalhar as especificidades étnicas que fazem parte da forma de organização indígena.

É interessante, aliás, ressaltar que as mulheres indígenas carregam os ensinamentos de suas mães e linhagens para transformar o espaço doméstico e do plantio como em um espaço de poder, também. Ou seja, é nítido que a forma de organização das mulheres indígenas é mais ampla, tendo em vista que antes mesmo de tratar das lutas específicas das mulheres, busca-se fortalecer a luta pela mãe terra, pois consideramos o território como parte de nós.

Desta forma, as mulheres indígenas buscam ocupar os espaços para preservar suas culturas, costumes e para que haja mais valorização de suas lutas enquanto mulheres. Assim, pautam, também, em suas lutas a valorização dos saberes ancestrais para o repasse entre gerações. Sendo assim, as mulheres "Tornam-se guardiãs da sua cultura por transmitir as novas gerações o que é ser indígena" (SANTOS, 2018, p. 7-8).

Na opinião de Elisabete Santos (2018), para que seja possível a compreensão acerca das especificidades das mulheres indígenas, se faz necessário compreender os marcadores sociais que permeiam seus povos. Desta forma, deve-se observar a situação econômica, social e cultural em que os povos estão submetidos ou inseridos.

Conforme explicado acima, nos faz refletir que não devemos compreender as questões indígenas de forma isolada aos sujeitos e sim de forma mais ampla em comunidades. Pois é de extrema importância nos termos que em comunidades tradicionais a luta ocorre em torno do coletivo. Ao fazermos essa análise, entendemos as formas de organização dos povos indígenas de forma mais aprofundada e, assim também, as formas de organização política das mulheres indígenas em seus territórios.

De acordo com Susana Sacavino (2016), o movimento de mulheres indígenas cria articulações que contribuem para a sustentação da luta coletiva da qual fazem parte. Trata-se do surgimento de um movimento que busca interpretar a forma de vida das indígenas sob sua forma de organização comunitária, fazendo surgir, assim, o feminismo comunitário. A autora deixa claro que as especificidades de cada povo indígena permitem pluralizar o feminismo comunitário, tendo em vista que cada povo tem sua forma de organização, o que significa que não há como generalizar as formas de vivências e experiências dos povos indígenas.

Tecer sobre o feminismo comunitário é muito interessante, pelo fato de termos a oportunidade de conhecer um movimento plural, que busca valorizar as diversas formas de organizações de cada povo indígena por meio de suas singularidades. Por esta razão, devemos chamar este movimento de "Feminismos Comunitários" como forma de explicar sua abrangente.

Conforme explicado acima, podemos compreender que as mulheres indígenas têm buscado suas formas de organização política com o intuito de enriquecer a luta de seus povos. Essas mulheres criaram esta organização de cunho político para que pudesse contemplar as diversas realidades dos povos. Além disso, tem colocado de forma primordial a luta pelo território e pela coletividade, considerando que a conquista da mãe terra é a possibilidade mais assertiva para a garantia de uma vida digna para os povos indígenas.

Em linhas gerais, torna-se explícito que o feminismo ocidental constrói suas pautas num discurso muito generalizado, pautando normalmente, de forma fervorosa, as ameaças voltadas para a questão de gênero e por não buscar compreender as demais realidades dos povos que alguns grupos de mulheres fazem parte. Nesse sentido, é justamente sob esse viés em que este não contempla as mulheres indígenas, pelo fato dessas mulheres terem uma forma de organização muito diversificada e pautar suas lutas para além da questão de gênero.

Fica evidente, diante das abordagens deste capítulo, que as mulheres indígenas detêm um importante engajamento em seus territórios. Suas lutas políticas são baseadas nas vivências de cada povo, mas que se apropriaram de alguns conceitos da sociedade branca para que, assim, pudessem criar suas formas de organização pautadas em suas especificidades, focando, sobretudo, na luta pelo território, pelo fato de acreditarem que a garantia de suas vidas e a de seu povo se dá pelo acesso à mãe terra.

2.2 MULHERES INDÍGENAS E O PROTAGONISMO NA LUTA CONTRA VIOLAÇÕES DOS DIREITOS INDÍGENAS

Como mencionado, as mulheres indígenas sempre exerceram papéis fundamentais na luta contras as violações dos direitos dos povos indígenas, pois assumem grandes responsabilidades nas lutas internas, a exemplo das retomadas de terras, que muitas vezes são organizadas e lideradas pelas mulheres. Além do mais, as mulheres têm ocupado outros espaços para conseguir que seus povos possam ter acesso aos direitos. Santos (2017) afirma que a terra é o direito fundamental dos povos indígenas, pois esse direito antecede todos os outros. No entanto, é perceptível que a primeira violação que os indígenas sofrem é a negação de acesso de forma legítima ao seu território.

De acordo com Bruno Taitson (2019), as mulheres indígenas vêm desempenhando mobilizações em nível nacional, com o intuito de visibilizar as violações que seus povos têm enfrentado, principalmente no que tange a luta pela terra. Um grande marco mobilizador organizado pelas mulheres indígenas foi a 1ª Marcha das mulheres indígenas “Território: nosso corpo, nosso espírito”, ocorrida em 2019, que reuniu várias mulheres indígenas do Brasil para reivindicar os seus direitos, mas não deixou de lutar contra os genocídios que seus povos sofrem.

Para nós mulheres indígenas, o território faz parte do nosso corpo e espírito. É por esta razão que o direito fundamental para os povos indígenas é a terra. Logo que, para nós, é da terra que vem as bênçãos dos Encantados e é através dela que fortalecemos nosso corpo e nosso espírito.

É interessante observar que as mulheres têm buscado se articular e unificar-se em nível nacional, em prol da garantia do direito à terra, à saúde, à educação, principalmente pelos direitos de ser mulher. Mas há um fato que se sobrepõe que é a luta pela terra, pois os povos indígenas têm sofrido com a negação do direito ao território. Conforme explicado acima, é sinal que os povos indígenas, por meio das articulações das mulheres, principalmente, têm se organizado para ir às ruas denunciarem as violações que atingem seus povos.

Ricardo Verдум (2008) aponta que as mulheres indígenas têm conseguido ter suas vozes ouvidas nas mobilizações que retratam sobre os direitos humanos. Nesse sentido, o autor destaca que as mulheres vêm, também, sendo acolhidas e se destacando nas lutas, no processo de representação de seus povos. Desta forma, passam a ocupar espaços nos órgãos que possuem algum tipo de política indigenista, a exemplo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

De acordo com Juliana Santos (2017, p. 44), indígena do povo Pataxó, as mulheres indígenas têm tido grande preocupação com os ataques dos quais seus povos têm sido alvo, a exemplo das mulheres pataxós.

Há uma grande preocupação das mulheres Pataxó em relação aos entraves para a efetivação dos direitos constitucionais frente aos retrocessos e ataques sofridos à Constituição Federal, por parte do Congresso Nacional. As mulheres sempre estão atentas aos acontecimentos que afetam o seu povo, engajando-se na luta pela demarcação de suas terras, pois, para essas mulheres, a terra é o maior bem que possuem.

É preciso ressaltar que as formas de manifestação organizadas pelos povos indígenas são, sem dúvidas, essenciais para que seja demonstrado para a sociedade civil, órgãos governamentais e o Estado que as etnias indígenas precisam ter acessos aos seus direitos, principalmente o da terra, pois enquanto as terras indígenas estiverem sob posse dos não-indígenas, as violações permanecerão.

Contudo, o mais preocupante é constatar que muitos povos têm perdido seus entes nesses processos, pois as violações nos territórios indígenas são ocasionadas de forma perversa e desumana. Neste sentido, estes fatores contribuíram para que as mulheres indígenas pudessem protagonizar na luta junto aos indígenas os homens, para que seus povos possam ter acessos aos seus direitos garantidos constitucionalmente.

2.3 CACICA PEQUENA A MÃE DE TODA ALDEIA: primeira mulher cacique do Ceará

Maria de Lourdes da Conceição Alves – Cacica Pequena – tem 76 anos, pertence ao povo Jenipapo-Kanindé, aldeia Lagoa Encantada, Aquiraz-Ceará. É mãe de 16 filhos, avó de 45 netos e 38 bisnetos, mas costuma dizer que é mãe de todo o seu povo. A cacica participa da luta de seu povo desde década de 1980, no entanto, só foi nomeada por seu povo como líder em 06 de março de 1995. A cacica Pequena tornou-se grande referência de liderança no Estado do Ceará, pois se tornou a primeira mulher Cacique no Estado (ANTUNES, 2008).

Além disso, a cacica conseguiu gravar, em 2014, um CD com mais de 14 músicas de sua autoria, ganhou, em 2015, o título de mestra da Cultura do Estado do Ceará, foi homenageada, em 2019, pela Câmara Municipal de Fortaleza, sendo agraciada com a Medalha Boticário Ferreira, e foi finalista do prêmio Cláudia, em 2017.

Cacica Pequena vem rompendo paradigmas, logo que, no período em que tomou posse do cargo de cacique, não havia indígena mulher exercendo este papel, pois somente os homens que podiam exercer o cargo de líder nas comunidades indígenas. De acordo Regilene Alves

Vieira (2019), no período em que Cacica Pequena recebeu o cacicado, as mulheres não exerciam este papel nas sociedades indígenas.

O protagonismo da luta da primeira mulher cacique da etnia Jenipapo-Kanindé representa grande conquista para as mulheres indígenas, pois possibilitou que tantas outras pudessem exercer o papel de líder em suas comunidades. Conforme explicado acima, Cacique Pequena se tornou uma referência para a luta das mulheres indígenas, pois seu protagonismo possibilitou que muitas outras mulheres ocupassem espaços das lutas em prol de direitos para os seus povos.

Antunes (2008) nomeia um de seus capítulos da dissertação com a seguinte frase "A dona de casa é a dona da luta". A autora deixa claro nessa frase que a mulher pode exercer quantos papéis desejar, assim ela queira. E esta foi a realidade da cacica Pequena, pois mesmo se responsabilizando com a luta, também se responsabilizava com a vida doméstica e com as mobilizações da aldeia.

O interessante da trajetória de luta da cacica Pequena é perceber que mesmo se tornando grande liderança, ela não deixou de exercer seu papel de mãe e dona de casa, mesmo que as lutas externas ao seu povo demandassem muito de sua presença. Esta posição que Pequena ocupa é bem significativa, tendo em vista que nas comunidades indígenas é possível compreender os espaços domésticos também como espaço de poder. Deste modo, a cacica foi instruindo e conduzindo algumas de suas filhas e netas a seguir também o caminho da luta por direitos de seus povos.

É interessante, aliás, entender que a luta da cacica Pequena estabeleceu para o seu povo a vivência de ter sempre as mulheres à frente da maioria dos espaços da aldeia, além de exercerem forte influência nas decisões da luta de base.

No entanto, cabe aqui frisar que o cacicado de cacique Pequena foi marcado por muitos preconceitos por parte dos indígenas homens. Cacica Pequena relata que os indígenas homens não concordaram a princípio que ela assumisse o posto, é tanto que para sua aceitação enquanto mulher líder foi preciso que ela passasse por um momento de ritual, onde teria que tomar um tipo de bebida cujo nome até hoje ainda é desconhecido pela Cacique. “[...] Pequena passou a ser testada [...] pelos caciques, que pediram que tomasse uma bebida verde, ela tomou provou que ser mulher não impedia que ela fosse cacique.” (VIEIRA, 2019, p. 69).

Em face ao que foi descrito pela autora, tornar-se notórias as dificuldades enfrentadas por cacica Pequena, pois vivenciar este momento não foi tarefa fácil, porém foi extremamente necessário para que outras mulheres indígenas pudessem exercer papéis para além da aldeia.

Nesse sentido, é de fundamental relevância considerar que o protagonismo da cacica Pequena, no contexto do movimento indígena Cearense, trouxe grandes avanços porque desde que Pequena se integrou ao movimento indígena percebeu-se, em nível estadual, uma nova forma de organização deliberada por mulheres. É interessante, aliás, sinalizar que a primeira organização de mulheres indígenas no Ceará foi idealizada por Cacique Pequena, por exemplo, a criação, em 2002, da Associação de Mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé.

No Ceará desde 1995 havia uma cacique indígena mulher e, em 2002, foi criada a Associação de Mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé (AMIJK) em decorrência da liderança de Cacique Pequena, Maria de Lourdes da Conceição Alves. A AMIJK foi a primeira organização exclusiva de mulheres no Ceará. (AIRES; GOMES, 2018, p. 6).

Por certo, a criação da AMIJK foi uma grande influência para a mobilização organizacional das mulheres indígenas dos povos do Ceará, pois, na primeira assembleia da AMIJK, realizada em 2006, foi preferível que estivessem representações de mulheres de todos os povos para que houvesse a discussão entre vários setores da sociedade que trabalham com a questão de gênero e políticas públicas para indígenas.

Provavelmente esta assembleia pode ter despertado, para a luta das mulheres indígenas do Ceará, o interesse de, também, criar uma organização que abrangesse as mulheres em nível estadual, sendo que, em 2007, foi criada a Articulação das Mulheres Indígenas no Ceará (AMICE). A existência da AMIJK possibilitou, de forma direta e indireta, que as mulheres indígenas do Ceará pudessem pensar na criação de uma articulação feminina com representação de mulheres de cada povo existente no Estado.

No entanto, é preciso ressaltar que o protagonismo da cacica Pequena tem refletido, principalmente, em seu próprio povo. Hoje, o povo Jenipapo-Kanindé é liderado por três mulheres cacias, Pequena e duas de suas filhas. Até mesmo as instituições conquistadas pelo povo vêm sendo ocupadas pelas mulheres, a exemplo da Escola Indígena Jenipapo-Kanindé, que tem em sua coordenadoria três lideranças mulheres e no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Indígena), atualmente coordenado por uma liderança indígena mulher.

De acordo com Cacica Pequena (2020):

O que me fez entrar no movimento foi por eu ver as mulher ser muito discriminada pelo homem, eu senti que eu que aquilo ali eu precisava de quebrar esse preconceito e esse tabu do homem, que o homem tinha com a mulher. Que a mulher Só servia para cama pé de fogão. Eu senti que aquilo ali me deu uma força, me deu uma coragem que eu disse: não, eu vou lutar, lutar até quando eu for viva e eu vou lutar por este povo e foi isso que eu fiz.

Conforme verificado, a cacica rompeu, de fato, muitos tabus, sendo que hoje é perceptível que as mulheres indígenas têm mais espaço para que suas vozes sejam ecoadas e ouvidas no movimento indígena. Sob essa ótica, ganha particular relevância apresentar as demais conquistas da luta de Pequena, como o acesso à energia elétrica, água, o reconhecimento da Terra Indígena (TI), delimitação e demarcação da terra, conseguiu que fosse implantada em seu território uma escola indígena, posto de saúde e um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Neste contexto, fica claro que todo o processo de luta de Cacique Pequena foi essencial para as gerações futuras de seu povo, sendo que é perceptível os frutos da árdua luta da mulher que saía, por mais de 26 anos, do lar, em busca de melhorias por seu povo. Deste modo, em uma entrevista, aconselha as lideranças mulheres indígenas a sempre se fortalecer na luta e nunca desistirem dos seus direitos e os de suas aldeias.

Peço todas as mulheres índia que seja Guerreira, ainda mais do que eu. Busque os seus direitos, os direitos do seu povo e os direitos dos seus familiares, e não deixem os direitos de vocês ser destruído por nada, seja uma mulher talenta, seja uma mulher forte e seja uma mulher guerreira essa é minha mensagem para toda mulher indígena do Brasil. (CACIQUE PEQUENA, 2020).

Ao entrar na aldeia indígena Jenipapo-Kanindé é possível avistar, logo no início, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS INDÍGENAS) e o posto de saúde, conquista também obtidas por meio da luta de Pequena. Em 2001, chegou água encanada e energia. O galpão de Artesanato Tio Adorico foi inaugurado em 2006 e o Museu indígena Jenipapo-Kanindé celebrou quatro anos de existência em Setembro de 2014. (SILVA, 2014, p. 84).

Além do que está apresentado acima, cacica Pequena conseguiu, por meio de sua luta, muitas outras conquistas para o seu povo, tais como: 1ª Assembleia do Povo Jenipapo-Kanindé com outros povos do Ceará, em 1997; delimitação da terra do povo Jenipapo-Kanindé, em 1999; casa de farinha comunitária, no ano de 1999; Formação da primeira turma de professores indígena pelo Magistério Indígena (2000); criação da Associação das Mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé, em 2002; reconhecimento da Terra Indígena (TI), em 2004, posto de saúde e criação das trilhas, em 2005; construção do Cantinho do Jenipapo (refeitório para comercializar refeição para os visitantes), em 2006; Construção de 24 casas para as famílias, em 2007; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Indígena) e Galpão de Artesanato Tio Odorico, em 2008; Inauguração da Escola indígena Jenipapo-Kanindé, em 2009; Inauguração do Museu Indígena Jenipapo-Kanindé e da pousada, em 2010; e a Oficialização da Demarcação da TI Jenipapo-Kanindé.

Com isso, torna-se notório que as conquistas do povo Jenipapo-Kanindé se deram por meio da luta feminina. Esta luta contribuiu para grandes avanços no território, isso porque,

através das mulheres, esta etnia conseguiu obter melhorias como acesso à saúde e à educação, melhorias estas que se concretizam através das políticas públicas. Além do mais, a luta feminina do Povo Jenipapo-Kanindé reflete em outros territórios, fazendo com que as mulheres destes povos possam, também, ocupar os espaços de poder e decisão dentro e fora de suas aldeias.

2.4 ESTRATÉGIAS DE LUTA DAS MULHERES JENIPAPO-KANINDÉ E SUAS CONFIGURAÇÕES

Além de cacica Pequena, e antes mesmo dela ser cacique, participavam das reuniões de decisão outras mulheres do povo, a antiga parteira Maria do Carmo Pereira (*in memoriam*), a antiga parteira Francisca Antônia, Rosa Pichinga (*in memoriam*), Maria Eunice Soares (*in memoriam*), Raimunda Vieira (*in memoriam*) e Francisca Oliveira.

Neste contexto, investigar o processo histórico da luta das mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé nos faz entender que estas mulheres têm buscado estratégias para fortalecer a luta, por meio da ocupação dos espaços na aldeia, através da criação das organizações locais como o Conselho Local de Saúde Indígena e a principal delas, a Associação das Mulheres do Povo. No entanto, antes da criação da associação, as mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé já ocupavam espaço no Conselho Indígena Jenipapo-Kanindé, que tinha a função de organizar e deliberar junto ao povo.

Uma das estratégias de luta das mulheres Jenipapo-Kanindé é a ocupação de espaço, se essas mulheres não ocuparem o espaço tipo no campo profissional, familiar, estudantil e nos espaços dos campos das próprias organizações da aldeia. Se nós mulheres não ocuparmos estes espaços não conseguiríamos ser tão atuantes na luta, porque foi através de ocupação de espaço que nós conseguimos obter a estratégia de luta, que a principal é protagonizar no movimento indígena seja ele interno a aldeia ou externo, ou seja, as mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé estão dentro do conselho local de saúde ocupando importante papel, estão no conselho local, estão na escola, na escola de cinema, estão no museu, fazendo parte do turismo comunitário, estão dentro da associação de pais e mestres da escola indígena Jenipapo-Kanindé e ocupam cargos fora da aldeia no movimento indígena ou seja, elas estão em vários espaços, e essa é uma estratégia muito importante que configura a luta das mulheres Jenipapo-Kanindé. (CACICA IRÊ, LAGOA ENCANTADA, 2021).

O que fica claro é que as indígenas Jenipapo-Kanindé buscaram se organizar para que, além das reuniões, elas pudessem participar de outros espaços. Deste modo, segundo Regilene Vieira (2019), em todo esse processo, Cacica Pequena foi a escolhida pela aldeia para ocupar o cargo de cacica, visto que a mesma já vinha exercendo papel de liderança do povo na luta pela garantia de seus direitos.

Conforme explicado acima, é interessante, aliás, afirmar que as mulheres Jenipapo, quando começaram a ocupar o espaço de luta do povo, não possuíam a intencionalidade de

ocupá-los com o propósito de se tornarem lideranças. Para elas, o mais importante era conseguir melhorias para a aldeia. No entanto, a forma com que se integraram na luta fez com que se tornassem figuras importantes para liderar a aldeia e mobilizar o movimento indígena local do povo.

Quando eu entrei nessa luta eu não queria ser cacique não, o que eu queria mesmo era lutar pelas melhorias para dentro desse lugar. Porque se nós não tivesse acordado para essa luta nós tinha perdido toda nossa terra e a gente sido escurraçados para de baixo das pontes da cidade grande. (CACICA PEQUENA, LAGOA ENCANTADA, 2021).

Sob essa ótica, ganha particular relevância ressaltar que a partir do momento em que as mulheres indígenas do povo Jenipapo-Kanindé começaram a se integrar ao movimento local, contribuiu para o fortalecimento da ideia de se tornarem, também, donas da luta de seu povo. E, assim, iniciaram sua organização local, que se deu por meio da criação da associação e, posteriormente, na realização do 1º Encontro das Mulheres indígenas em nível de Estado, onde foi discutido sobre as demandas das mulheres indígenas do Ceará e sobre a luta pela terra nas etnias.

I Encontro das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé, foi realizado na Lagoa Encantada, em Abril de 2006, em três dias, as mulheres conseguiram mobilizar vários setores da sociedade em favor de suas demandas como o direito da mulheres, a educação de qualidade, a saúde e a demarcação da terra indígena. Estiveram presentes representantes de outros povos indígenas cearense e de Organização Não Governamentais, acadêmico, político e a Imprensa. (AIRES; GOMES, 2018, p. 8).

Conforme mencionado, podemos observar que o movimento das mulheres indígenas do povo Jenipapo-Kanindé não ficou somente entre elas, foi sendo disseminado para as mulheres indígenas de outros povos através dos eventos que iam sendo realizados; visibilizando, assim, a luta das mulheres, possibilitando que as mesmas ocupassem espaços antes não ocupados por mulheres.

Entretanto, cabe aqui descrever sobre como as estratégias de luta das mulheres da Encantada se configuram em suas vidas, isto porque, além de exercerem suas funções enquanto lideranças, possuem, também, outros papéis na comunidade, seja como mãe, artesã e agricultora, e estes papéis não permitem, muitas vezes que outras mulheres se integre ao movimento.

Com este impasse, as mulheres Jenipapo-Kanindé buscam incentivar umas às outras a fim de que todas as mulheres possam se integrar ao movimento, seja ele interno ou externo à aldeia. Deste modo, as mulheres mais participativas no movimento buscam orientar as demais que suas participações são importantes para que nossa aldeia não perca a cultura de ter a forte influência feminina nos espaços de poder, como afirma a jovem Indígena Valdene Mateus, conhecida como Janaina Jenipapo.

A minha articulação para aproximar outras mulheres do meu povo para participar do movimento se dá pelo ato das conversas, é pedindo a participação e contribuindo com

a participação. Eu sempre gosto de ir nas casas para conversar e nesses momentos, Raquel, eu chamo as mulheres para participar, e aí elas dizem assim: não, mas tem menino pra cuidar, tem almoço do marido e eu não vou deixar de tá fazendo as minhas coisas para tá nessas coisa de movimento e eu vou e falo: olha, isso é tão importante, é tão importante a participação das mulheres nas atividades que acontecem dentro da comunidade, porque o seu reconhecimento é o reconhecimento de outra mulher, então você vai ser o exemplo para que outras mulheres possam chegar e participar também. (ENTREVISTA VALDENE MATEUS DA SILVA, LAGOA ENCANTADA, 2020).

A indígena apresenta, por meio de seu relato, que, embora veja que algumas mulheres tenham dificuldades em participar do movimento da luta pela garantia dos direitos do seu povo, ela não deixa de incentivá-las com a intencionalidade de fazer com que estas se sintam movidas a participar. O que Janaina deixa claro é que a participação de uma mulher pode ser o incentivo de muitas outras.

Com base no relato da jovem liderança indígena Janaína Jenipapo, torna-se notório que a ação de motivar e conscientizar sobre a importância da participação das mulheres na luta tem aproximado e incentivado que estas possam ter estímulos para ocuparem este espaço. Mesmo tendo outras ocupações, é possível perceber que as mulheres não deixaram de participar nas mobilizações nas aldeias e, muitas vezes, fora dela. Assim, afirma Ana Rejane, indígena do povo Jenipapo-Kanindé.

[...]Quando tem o movimento eu fico muito feliz e quero logo participar, então eu deixo que eu tenho tudo que tenho pra fazer em casa e me mando pro movimento Eu fico muito é feliz em ir poder participar do movimento, que por mim eu deixava tudo o que fazer pra mim tá participando do movimento, porque é bom pra gente, né?[...] Ir pra luta, porque nos eventos a gente aprende muito. A luta nos ensina muito, né? (ENTREVISTA ANA REJANE MATEUS, LAGOA ENCANTADA, 2020).

No entanto, a indígena Ana Rejane aponta uma questão interessante em sua fala, que se refere aos ensinamentos que o movimento indígena proporciona às mulheres que a ele se integram. Podemos considerar que o movimento, de fato, nos ensina muito, pois passamos a ter vivências com todos os nossos parentes e, assim, vamos trocando experiências de luta com base nas nossas realidades. Desta forma, vamos construindo estratégias que favoreçam a nossa coletiva em prol das melhorias dos nossos territórios.

Além disso, as mulheres da Encantada têm buscado repassar os saberes da cultura para as mais novas, para que as meninas se empoderem e ocupem os espaços de luta e, assim, possam dar continuidade nas lutas das mais velhas.

No sentido de empoderar as nossas meninas para dar continuidade na luta, nós mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé tá chamando as mulheres pra participar das reuniões, dos movimentos pra justamente a sobrecarga da luta não ficar somente nas costas de algumas mulheres, a exemplo só nas costas da Juliana e nem da Cacique Pequena. A gente sempre tá chamando as meninas pra participando também pra tá repassando tudo que a gente já viveu e tudo que a gente vive durante todo o período de movimento e durante toda nossa vida como seres humanos. A gente tem tentado de várias as formas pra tá aproximando as mulheres na pelos nossos direitos e pelos

direitos de nosso povo e pra que essas mulheres possam ter essa força e essa voz, nós mulheres dentro do movimento indígena devemos ser ouvidas e fortalecidas. E aqui na nossa etnia Jenipapo-Kanindé é praticamente por mulheres e somos nós que tomamos a frente da luta do nosso povo. Então assim a estratégia de aproximar as mulheres é justamente está chamando essas mulheres pra ta participando das reuniões. E sempre buscando estarmos fazendo esses momentos também com as crianças pra que elas já cresceram aprendendo sobre a luta. Taí hoje a minha filha Luara, a Luara já sabe dançar o toré, já canta as musicas do Toré com 5 anos isso repassado de geração a geração e a escola indígena tem um papel fundamental nisso, através dos professores indígenas que praticam o repasse dos saberes e especificidade do nosso povo. (VALDISIA COSTA SILVA, LAGOA ENCANTADA, 2020).

Em vista disso, pode-se dizer que as mulheres indígenas da etnia Jenipapo-Kanindé estão ativamente participando do movimento e têm realizado ações que podem trazer mais mulheres para protagonizar na luta. O mais preocupante, contudo, é constatar que a sobrecarga doméstica tem sido um dos fatores preponderantes para que as mulheres participem menos. Isso porque a demanda de casa, filho, roça e esposo, muitas vezes as impede de integrarem o movimento.

Conforme citado acima, devemos buscar alternativas cabíveis que possam abrir mais caminhos para que as mulheres que não conseguem dividir sua vida entre a luta da casa e a luta do movimento tenham a possibilidade de, pelo menos, participar das manifestações realizadas na aldeia, como as festas tradicionais, os rituais, as reuniões e assembleia.

Não é exagero afirmar que o povo Jenipapo-Kanindé pode ser um grande exemplo para as demais etnias, pois as mulheres, ao verem o povo sendo regido por três mulheres, podem se sentir inspiradas e, assim, começarem a se sentir motivadas para, também, ocupar os espaços políticos da luta.

Dessa forma, a atual presidenta da Associação das Mulheres Indígena Jenipapo-Kanindé (AMIJK), Eliane Alves, apresenta algumas iniciativas que vêm sendo realizadas pela organização, e aponta que tem percebido um desfalque participativo por parte das mulheres e dos jovens.

Hoje a gente faz reunião, se articula, para aproximar nossas mulheres para o movimento, mas a gente vê que a nossas mulher tão um pouco parada porque ultimamente eu não sei o que elas tem que a gente convida pras reunião, pros eventos e elas não sente aquela vontade de ta participando, a gente precisa ver outro método pra aproximar mais mulheres do nosso povo pra ta participando mais ainda. A gente tem essa grande necessidade, a nossa aldeia ta em falta nessa questão, nessa participação tanto com as mulheres como com os jovens. (ELIANE ALVES SABINDO, LAGOA ENCANTADA, 2020).

Acrescido ao que Eliane Alves relatou à AMIJK, também tem conquistado projetos para a comunidade, com o intuito de trazer melhorias para a aldeia e para, assim, conseguirmos nos articular de forma organizada para conquistarmos nossos direitos. Nos últimos anos, a associação vem conseguindo aprovar projetos voltados para o audiovisual, como a Escola de

Cinema Indígena Jenipapo-Kanindé, onde algumas jovens vêm conquistando espaço no audiovisual, a exemplo das adolescentes Emilly Sabino Soares, Josivânia Costa etc. Além disso, a escola de cinema é praticamente liderada por mulheres. As mulheres da aldeia ocupam, também, os principais cargos na escola, como Carline Alves (coordenadora pedagógica), Juliana Alves (coordenadora geral) e Valdisia Costa Silva (coordenadora de apoio).

Fica evidente, diante das informações, que a estratégia de luta das mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé, a princípio, se construiu em prol da luta pelos direitos do povo, mas no decorrer do tempo foi surgindo a necessidade de pensar nas especificidades das mulheres. Estas sempre foram ativas nas lutas, mas quando existia o cacique homem na aldeia, estas mulheres não tinham muita visibilidade no movimento. Contudo, é preciso ressaltar que há sempre a necessidade de pensar em estratégias para que mais mulheres possam se tornar mais participativas no movimento de base.

3 PROTAGONISMO DAS MULHERES DA ENCANTADA

3.1 ORGANIZAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE MULHERES E HOMENS DA ALDEIA LAGOA ENCANTADA

No presente capítulo, serão abordadas as formas de organização e relações sociais que envolvem mulheres e homens Jenipapo-Kanindé. Portanto, estes escritos irão trazer reflexões que dizem respeito ao protagonismo das mulheres num povo que, mesmo tendo indígenas homens sendo liderança, tem uma mulher que ocupa o cargo de líder.

Vale ressaltar que, em 1980, quando o movimento do povo Jenipapo-Kanindé iniciou, o primeiro líder do povo foi um homem, sendo ele o cacique Odorico Mateus Pereira e o Tuxau Francisco Pichinga. Mas não podemos desconsiderar que, neste período, já havia mulheres que também participavam do movimento, sendo que umas das principais foi a cacica Pequena.

Eu comecei a trabalhar pelo meu povo desde quando começou os estudos com os universitários, nos anos de 80, eu já saía participava do movimento desse povo. Mas pra traz de 95 essa mulher não era nada, era só uma índia que lutava pelo seu povo, nesse tempo eu só lutava em Fortaleza pelas as melhorias para esse povão ia atrás de advogados porquê queriam tomar nossas terras. Mesmo tendo cacique eu ja tava na luta. (CACICA PEQUENA, LAGOA ENCANTADA, 2021).

Cacica Pequena inicialmente não aceitou o cacicado, pois a sua vida doméstica, na época, não permitia, mas com muita insistência do seu povo ela acabou aceitando para que seu povo não ficasse sem nenhuma representação de líder.

E só fui ser a cacique porque o cacique morreu e aí foi a comunidade Lagoa Encantada e Trairussu que formaram e disseram que a Pequena agora é a cacica da aldeia. Mas eu disse três vezes que não queria, porque eu era só uma mulher parideira. Ai botaram para mim e eu disse a eles que se eu falhar eles não venha reclamar, porque eu não sabia fazer esse papel, até porque essa história de cacicagem a gente só ouvia falar que só fazia era o homem. (CACICA PEQUENA, LAGOA ENCANTADA, 2021).

O mais importante é constatar que embora o povo tenha iniciado sua luta com a participação dos indígenas homens, no povo não havia o preconceito de que as mulheres não deveriam participar da luta. É tanto que a decisão de o sr. Odorico ser o cacique se deu por meio dos primeiros universitários que pesquisaram o povo, sendo que afirmavam para os indígenas que era necessário que houvesse uma pessoa que pudesse ser o líder. Sendo assim, pelo fato de o Cacique Odorico ter sido uma pessoa sempre receptiva e que sempre acompanhava quem chegava na aldeia, foi o que o tornou cacique.

Aqui na nossa aldeia não tinha muito esse preconceito, até porque naquela época que eu recebi o cacica do eu já tava participando da luta desde do inicio do estudo do nosso povo. Eu me tornei cacique porque o povo Jenipapo-Kanindé se reuniram em uma reunião e disseram que a partida de hoje nós quer a Pequena como cacique. Eu disse que não, ainda disse que eu era apenas uma mulher parideira e que não sabia trabalhar

assim como cacique. Mas o povo gritaram numa voz só e disse que era eu e que eu que ia ser a representante do povo. (CACICA PEQUENA, LAGOA ENCANTADA, 2021).

No entanto, no início das primeiras mobilizações do povo Jenipapo-Kanindé, era a cacica Pequena que participava e muitas vezes representava o povo. Porém, neste período, a participação feminina no movimento não era evidenciada como a de um homem. E, pelo fato de Pequena não ter aceitado e pela não visibilização do papel feminino na luta do movimento indígena, não se tornou cacica nos anos de 1980.

Portanto, é notório que as relações sociais vigentes entre os indígenas e as indígenas não eram conflituosas, até porque, antes dos estudiosos aparecerem para realizar os estudos da terra e para identificar se éramos ou não o povo nativo, na aldeia não tinha a ideia de líder; tudo era decidido em prol da sobrevivência do coletivo e por toda a aldeia.

É importante destacar que a cacica Pequena foi nomeada cacica do povo Jenipapo-Kanindé após o falecimento do cacique Odorico, em 1992, sendo que o povo passou três anos sem líder, pois a princípio a cacica não aceitou ser cacique por ter, na época, a sobrecarga da maternidade muito extensa. Mas, em 1995, o povo se reuniu nas mangueiras sagradas e decidiram que a Cacica Pequena exerceria o papel de líder da aldeia.

E só fui ser a cacique porque o cacique morreu e aí foi a comunidade Lagoa Encantada e Trairussu que formaram e disseram que a Pequena agora é a cacica da aldeia. Mas eu disse três vezes que não queria, porque eu era só uma mulher parideira. Ai botaram para mim e eu disse a eles que se eu falhar eles não venha reclamar, porque eu não sabia fazer esse papel, até porque essa história de cacicagem a gente só ouvia falar que só fazia era o homem. (CACICA PEQUENA, LAGOA ENCANTADA, 2021).

Não é exagero afirmar que o protagonismo feminino no povo Jenipapo-Kanindé sempre foi algo presente, é tanto que a comunidade quem escolheu quem seria a pessoa que exerceria o papel de líder. Certamente esta decisão da comunidade foi muito assertiva e importante, tendo em vista que a partir deste momento as mulheres do povo começaram a ocupar outros espaços de luta política.

Além do mais, é de fundamental relevância destacar que ocorreu um período em que a cacica Pequena teve um vice-cacique que, no caso, era o José Maria Silva Alves, que passou um tempo colaborando com a luta local e externa no movimento indígena. Mas como José Maria se distanciou do movimento e foi morar fora da aldeia, com o tempo a posse de seu cacicado foi retirada.

É preciso, porém, ir mais além para compreender as configurações que permeiam as formas de vivência existentes no povo Jenipapo-Kanindé, sendo que o povo é quem nomeia uma mulher como cacique. Esta decisão coletiva dos homens e mulheres do povo Jenipapo-Kanindé fortaleceu a perspectiva das mulheres indígenas ocuparem as lideranças do povo. Por

essa razão, as mulheres têm uma força de decisão sempre bem aceita na comunidade. Vê-se, pois, que embora os homens da aldeia ocupem espaços de liderança, sempre para a tomada de decisões as cacicas da aldeia é quem dá a palavra final.

Na era de 84 até 95 eu trabaei na defesa deles sem ser nada. Somente indo a busca dos direitos deles, nesse tempo eu era uma figura sem muito reconhecimento, assim eu trabaiava pra eles, porque não era o cacique que ia, quem ia era eu, mas era como eu to dizendo era só pro ir. Para Ajudar eles, né? Para não perder o que eles tinha, né? Para não perder o território dele. (CACICA PEQUENA, LAGOA ENCANTADA, 2020).

A cacica Pequena aponta, no relato acima, que ela sempre protagonizou na luta de seu povo, porém só teve sua participação visibilizada depois que o cacique da aldeia partiu para o plano espiritual. E afirma que, mesmo com a aldeia tendo um cacique, quem viajava para representar o povo Jenipapo-Kanindé no início das mobilizações do movimento indígena era ela.

Além disso, cacica Pequena relata que sofreu muitos preconceitos quando teve que sair da aldeia, pois os indígenas homens não concordaram, a princípio, em vê-la ocupar o cacicado.

[...] Eu fui muito discriminada pelos índios do Norte e pelos índios do Sul eles disseram que mulher só servia pra cama e pé de Fogão, e mulher não era para tá ali naquele trabalho, que aquilo ali era só para homem. Eles perguntaram se no nosso povo não tinha homem? Que tinham me butado como uma Cacica, né? Aí eu disse não, na minha aldeia tem homem, tem homem adulto, tem homem jovem e tem ancião, Mas ninguém quis. Até porque já teve Tuchal e teve Cacique na nossa aldeia, eles xingaram muito e eu só apenas disse: De onde eles tinham vindo? Se tinham saído do vento? Porque mãe era uma coisa muito boa e eles era filho de mãe e eu não tinha culpa se o povo tinham me butado com cacica, né? Homem tinha, mas eles não quiseram aceitar. [...] aceitei e tava ali para lutar pelo meu povo (...). (CACICA PEQUENA, LAGOA ENCANTADA, 2020).

Conforme citado acima, não é exagero afirmar que todo esse processo, ocorreu devido à forma machista com que os indígenas viam as mulheres. Porém, a persistência da cacica Pequena trouxe para o movimento indígena novas configurações. E isso se reflete até hoje no povo Jenipapo-Kanindé, embora seja notória a forte influência dos aspectos machistas dos homens da aldeia. A cacica Pequena deixa claro que o fato dela ter se posicionada perante à não aceitação dos parentes homens foi favorecedor para a luta das mulheres indígenas, pois este ato a fez garantir o respeito dos indígenas homens de todos os povos indígenas.

A forte influência feminina no povo Jenipapo-Kanindé fez com que hoje tivesse, além de cacica Pequena, mais duas cacicas. É notório que as mulheres do povo veem ocupando, cada vez mais, os espaços da aldeia, e o interessante é observar que os homens não enxergam esta participação como ameaça; pelo contrário, apoiam as mulheres nas tomadas de decisões.

O meu povo me enxerga para além de uma liderança feminina, eu lembro bem que quando Cacique Pequena fez o batismo de cacicado a aldeia toda falou em alto e bom som: um dia ficaremos em boas mãos e eles me respeitam por mais que tenha questão da idade em si, por eu ser jovem ainda e eu ter que liderar e ter que lidar com pessoas

mais idosas e tal, mas existe todo um respeito, ne. Eu observo quando estou nas reuniões, quando eu vou falar, quando eu faço o uso da fala eles ficam numa observância muito grande, eles prestam atenção. Tudo que a gente vai fazer e quando eu puxo alguma coisa é sempre com muito respeito, com muita referencia, claro sempre com nossa Cacique Pequena, mas eles também já tem esse hábito de uma certa forma de já ir referendando e ter todo esse respeito. (CACICA IRÊ, LAGOA ENCANTADA, 2020).

Conforme verificado, as relações que envolvem o poder feminino e masculino no povo Jenipapo-Kanindé não é algo de disputa. Hoje, os homens ocupam também, espaços de grande importância para o povo. Deste modo, atualmente o Conselho Local Indígena Jenipapo-Kanindé é liderado pelo professor Erasmo Soares e o conselho Local de Saúde indígena Jenipapo-Kanindé tem o professor Fábio como presidente.

Vê-se, pois, que a luta do povo Jenipapo-Kanindé se constitui pela garantia dos seus direitos, e em questão das relações entre os homens e mulheres se dá de forma respeitosa, tendo em vista que as mulheres continuam sendo forte influência no movimento local. Além disso, quando ocorre as festividades da aldeia, os homens é que, muitas vezes, vão para a cozinha contribuir com os trabalhos das mulheres, o que é muito importante. Assim como as mulheres podem estar na cozinha, os homens também podem.

3.2 OLHAR DA MULHER INDÍGENA: e suas ressignificações

“Antes a luta era só de uma mulher, hoje a luta é de várias mulher do povo Jenipapo-Kanindé. Quando pai tupã me levar eu sei que a luta que eu ergui vai ficar em boas mãos, porque vai está nas mãos de muitas mulher do meu povo.” (CACICA PEQUENA, LAGOA ENCANTADA, 2021).

As mulheres indígenas possuem uma forma muito peculiar de se organizar, buscam em seus processos organizativos pautar a luta pela terra e as melhorias para o seu povo. Além disso, têm buscado ressignificar sua trajetória no movimento, trazendo a discussão voltada para suas especificidades. "As mulheres se destacam na defesa da presença indígena na busca de seus direitos e no reconhecimento de suas diferenças" (RAMOS, 2019, p. 28).

Como bem nos assegura Elisa Urbano Ramos (2019), as vivências das mulheres indígenas na aldeia é o que potencializa suas trajetórias no movimento, seja ele interno ou

externo. Além do mais, as vivências da aldeia são fundamentais para a construção do conhecimento destas mulheres, logo que é com os saberes repassados pelas lideranças mais velhas que estas indígenas se empoderam para ocupar os espaços de luta.

Mas, em cima disso, pode-se afirmar que as mulheres indígenas pautam mobilizações sob a ótica da espiritualidade, levando em consideração que o que rege suas experiências na luta é, também, a força de seus ancestrais. Sendo que consideram que o que antecedeu suas participações na luta foi a ocupação de outras mulheres indígenas que hoje já não estão mais vivas no plano terreno.

Em relato numa entrevista a cacica Jurema relata que toda força das mulheres Jenipapo-Kanindé são herdadas dos encantados, logo que a espiritualidade, para os povos indígenas, é o que antecede toda e qualquer luta. Neste sentido, é de fundamental relevância apontar esta percepção destas mulheres para que se torne notória a forma com que elas enxergam a construção de suas personalidades perante o movimento indígena.

A abordagem sobre a espiritualidade nesta escrita ocorre pelo entendimento de que os territórios indígenas consideram a questão primordial que alicerça suas lutas e as fortalece, sendo, também, uma questão de extrema importância no olhar das mulheres indígenas.

Quando citamos a espiritualidade, queremos dizer que internamente nas aldeias há uma consulta ao/aos líderes espirituais, até mesmo no sentido de pedir a bênção, por estarem diante de atividades que demandem tomadas de decisão. (RAMOS, 2019, p. 32).

Conforme mencionado pela autora, essa questão nos faz entender que nós mulheres indígenas centralizamos nossas perspectivas em nossas ancestralidades para, assim, conseguirmos alcançar nossos objetivos.

Julgo pertinente trazer à tona à respeito da relação das mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé com a espiritualidade, levando em consideração que estas mulheres carregam consigo a importante força herdada de seus ancestrais. E, para as cacas da aldeia, a força espiritual é de fundamental importâncias para suas trajetórias de luta, como afirma a Cacica Irê:

Pra mim ser uma mulher indígena é de uma importância e tanto né?! Mas é claro sendo uma mulher que carrega a sua espiritualidade, sendo uma mulher que participa ativamente de momentos espirituais que é o que nos faz nos fortalecer na luta. Levando em consideração essa questão do ser mulher indígena pra mim é o que me leva a participar do movimento indígena tanto no meu povo, tanto local quanto a nível estadual, que hoje eu além de ocupar o espaço de cacique do povo Jenipapo-Kanindé, que é a aldeia das três caciques, eu também ocupo outras instâncias da aldeia. Então a minha participação ele veio através de uma necessidade na verdade né? (CACICA IRÊ, LAGOA ENCANTADA, 2021).

A cacica deixa claro, em seu relato, que as mulheres Jenipapo-Kanindé norteiam suas trajetórias de luta pelo fortalecer da luta na aldeia. Ademais, que estas mulheres se inserem no

movimento por observarem que seu povo tem mulheres protagonizando e que é necessário que ocupem os espaços no movimento da aldeia e em outras instâncias. Deste modo, torna-se evidente o sentimento de pertencimento das mulheres indígenas a luta do seu, que é construída e ocupada por mulheres.

No entanto, as mulheres do povo Jenipapo-Kanindé que vivem na luta da base, são influenciadas a fazerem parte da luta pelo fato de entenderem que o movimento interno da aldeia é organizado por mulheres. Vale ressaltar que a trajetória da cacica Pequena tem grande influência para que suas filhas participem do movimento, mesmo que seja interno à aldeia.

eu me orgulho muito em saber que na nossa aldeia tem uma representação de mulher e ter sido a primeira, porque só de ela ser minha mãe eu fico muito orgulhosa, eu tenho muito orgulho da minha mãe em ela ter sido a primeira cacique mulher brasileira. O meu maior incentivo pra participar do movimento indígena foi a luta da minha mãe, ela que sempre esteve nos incentivando a participar. Pra mim participar do movimento da luta do nosso povo, eu me organizo, eu faço as minhas coisas de casa e depois eu vou pra o movimento indígena aqui na aldeia, eu vou participar das reuniões, das assembleias, a gente organiza as festas do nosso povo e por ai a gente vai se organizando e a gente vai conseguindo participar. (MARIA HOZANA, LAGOA ENCANTADA, 2020).

Pode-se dizer que as mulheres da Encantada têm buscado formas próprias de organização, se empenham para que a luta feminina dentro do povo não deixe de existir. Desta forma, as mais novas são ensinadas e incentivadas a participar das mobilizações do povo e assim o protagonismo feminino vai perpassando gerações.

Nesse sentido, as mais velhas buscam orientar as mais novas e as incentivar para fazerem parte do movimento por seus direitos, sendo que consideramos que as mulheres podem ocupar qualquer espaço; assim, que elas sintam interesse em ocupá-lo.

Não é exagero afirmar que as vivências das mulheres Jenipapo-Kanindé têm proporcionado que estas possam ter grandes avanços em seu protagonismo:

Hoje eu vejo que as mulheres daqui do povo Jenipapo-Kanindé elas estão se destacando muito bem. O trabalho de uma mulher hoje está se espalhando para várias mulheres da Aldeia. Como a gente vem vendo as mulher daqui estão em todo canto trabalhando pelas melhorias, como hoje nós estamos vendo na escola que nós temos professora, diretora, coordenadora, secretária e tudo mulher. A maioria da escola é tudo as mulheres que trabalham lá, tem homem no meio também, mas também tem mulheres. (CACICA PEQUENA, LAGOA ENCANTADA, 2021).

Conforme citado acima, cacica Pequena demonstra, em seu relato, que sente orgulho de ver as novas gerações de mulheres de seu povo dando continuidade ao trabalho que ela iniciou. Isso termina por evidenciar que as mulheres indígenas têm seu olhar muito voltado para a cultura de seus povos.

O que aconteceu com as mulheres Jenipapo-Kanindé foi que estas mulheres ousaram ocupar os espaços que, até então, para elas era negado. Antes, as mulheres até participavam das mobilizações internas de seu povo, mas não com a intenção de se tornarem líderes.

Isso porque as mulheres do nosso povo tão vendo um quanto é importante a luta da causa indígena e por isso elas não tão ficando por baixo, elas sempre tão trabalhando fortemente para a luta nunca ir de água a baixo e para essa luta continuar. E através da mulher que tudo tem dado certo na aldeia, mesmo tendo os homens, mas é a mulher que corre atrás pelas melhorias do povo. As mulheres, elas estão se tornando umas mulheres guerreiras perto da outra. Na causa indígena tenho certeza que elas vão dar conta do recado, não, é? Você ver que começou de uma só mulher. (CACICA PEQUENA, LAGOA ENCANTADA, 2021).

Fica evidente, diante desse quadro, que as mulheres que trazem suas experiências de vida e de luta no espaço da aldeia, são mulheres com uma construção muito mais forte de luta através do aprendizado que é repassado de geração em geração. Para tanto, não podemos deixar de citar que essas mulheres só têm toda essa força porque conseguem trazer com elas os ensinamentos de suas velhas.

3.3 PERSPECTIVAS DE FUTURO DAS MULHERES JENIPAPO-KANINDÉ EM RELAÇÃO AO PROTAGONISMO FEMININO

As mulheres indígenas Jenipapo Kanindé têm uma perspectiva de futuro que se propõe visibilizar seu protagonismo na luta, dando visibilidade ao espaço de luta que essas mulheres ocupam. Podemos destacar a fala de nossa cacica Pequena, quando a mesma afirma que tem visto a participação das mulheres Jenipapo-Kanindé muito mais ativa, que são mulheres que estão muito mais envolvidas com a luta de seu povo. Isso é importante para que esse processo tenha continuidade, garantindo, assim, a participação das mulheres na luta.

É nesse processo de construção que as mulheres Jenipapo-Kanindé buscam adquirir novos conhecimentos, elas saem do espaço da aldeia e vão para o espaço da universidade adquirir conhecimentos para ajudar no processo de luta de seu povo. Elas entendem que ocupar esse espaço da academia é, também, uma forma de lutar. Com o apoio da aldeia, elas conseguem se manter no espaço da universidade e conseguem acompanhar o movimento de seu povo, mesmo que seja à distância, mas sem deixar de se comprometer com a luta.

Eu como uma mulher mais velha, porque eu já sou guardiã da memória eu vejo que as mulher do meu povo estão muito ativa e eu vejo que as luta dessas mulheres para o futuro é só crescer e continuar tendo mais espaços no nosso povo. Uma coisa que eu tenho visto é que as mulher tão indo estudar fora da aldeia, mas estão voltando para cuidar da nossa luta e no nosso futuro elas vão dar continuidade para quando eu tomar. (CACICA PEQUENA, LAGOA ENCANTADA, 2021).

Conforme cacica Pequena (LAGOA ENCANTADA, 2020), as mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé lutam para que sejam livres para, assim, buscar o que acreditam. Deste modo, nossa luta é para que outras mulheres possam ocupar determinados espaços, sem perder de vista a luta que as mesmas traçam no espaço do seu território.

Além disso, as mulheres Jenipapo-Kanindé têm lutado para que a luta feminina no povo não deixe de existir. Desta forma, as mais velhas, desde cedo, trabalham na comunidade o processo de empoderamento das mais novas para que estas ocupem os espaços de luta desde agora, para que, no futuro, a luta das mulheres possa ser mantida.

Ora, em tese, a trajetória das mulheres que hoje estão à frente do movimento indígena Jenipapo-Kanindé tem deixado marcas importantes nas vidas das mais jovens. Isso porque as mais velhas têm incentivado que as meninas possam ocupar outros espaços para, assim, contribuírem com a luta, a exemplo da influência da cacica Pequena, que incentiva as meninas da aldeia a estudarem para que, assim, se tornem as doutoras da luta. Deste modo, serão as próprias mulheres que ocuparão cargos profissionais importantes nas instâncias defensoras da causa indígena.

E a luta das mulher no futuro vai ficar mais melhor, porque hoje as mulheres do povo Jenipapo-Kanindé já sabem a língua do homem branco e elas estão estudando para tudo ser as doutoras da causa indígenas, então a nossa luta como mulher só tá se fortalecendo com as mulher de hoje em dia. Eu sei que essas mulheres vão trabalhar fortemente para conseguir as coisas para dentro do lugar. (CACICA PEQUENA, LAGOA ENCANTADA, 2020).

Cacica Pequena deixa claro, na citação acima, que as mulheres do povo Jenipapo-Kanindé já estão exercendo importantes funções na luta indígena e o acesso destas nos espaços acadêmicos tem sido crucial para o fortalecer da luta. No entanto, cabe salientar que as mulheres que ficam na aldeia possuem um papel relevante na defesa do território, até porque são estas mulheres, em companhia dos homens, que resguardam a aldeia no período em que as mais novas se deslocam para a cidade para estudar.

Neste sentido, cacica Pequena diz se sentir satisfeita com os caminhos trilhados pelas mulheres de seu povo, pois:

Quando pai tupã me levar eu sei que a luta que eu ergui vai ficar em boas mãos, porque vai está nas mãos de muitas mulher do meu povo. as mulher tem que se unir para lutarem, porque uma andorinha só não verão, se elas se unirem elas vão fazer coisas que gente besta não vai conseguir ver. quando se tem talento e sabedoria as mulher pode ir muito além, porque eu falo uma coisa, ai vem outra mulher diz outra e depois vem outra mulher e diz outra coisa e depois dessa combinação sai uma grande conquista. (CACICA PEQUENA, LAGOA ENCANTADA, 2021).

Portanto, é notório que os saberes da luta e os conhecimentos da cultura já veem perpassando gerações no povo Jenipapo-Kanindé. Até porque o cacicado foi repassado para

duas mulheres mais novas que são filhas da cacica Pequena. Não seria exagero afirmar que este repasse demarca um processo importante no povo, sendo que, quando a Cacica Pequena partir para o mundo celestial, a aldeia não ficará sem cacica.

O mais interessante é perceber que a aldeia já tem todo o respeito com as demais cacicas e afirmam o contentamento em ter a cacica Irê e a Cacica Jurema como líderes da aldeia:

O meu povo me enxerga para além de uma liderança feminina, eu lembro bem que quando Cacique Pequena fez o batismo de cacicado a aldeia toda falou em alto e bom som: um dia ficaremos em boas mãos e eles me respeitam por mais que tenha questão da idade em si, por eu ser jovem ainda e eu ter que liderar e ter que lidar com pessoas mais idosas e tal, mas existe todo um respeito, ne. Eu observo quando estou nas reuniões, quando eu vou falar, quando eu faço o uso da fala eles ficam numa observância muito grande, eles prestam atenção. Tudo que a gente vai fazer e quando eu puxo alguma coisa é sempre com muito respeito, com muita referencia, claro sempre com nossa Cacique Pequena, mas eles também já tem esse hábito de uma certa forma de já ir referendando e ter todo esse respeito. (CACICA IRÊ, LAGOA ENCANTADA, 2021).

Em vista disso, é notório que o protagonismo das mulheres da Encantada tem obtido resultados muito relevantes que estão sendo repassados das mais velhas para as mais novas; o que significa dizer que o repasse do saber é de fundamental importância para que a cultura não deixe de existir. Desta forma aconteceu com o território indígena Jenipapo-Kanindé, onde a cultura das mulheres é ocupar os espaços de poder.

Espera-se, dessa forma, que as trajetórias das mulheres Jenipapo se fortaleçam ao longo dos anos e que as mais novas se inspirem nas mais velhas para que, assim, mantenham viva a cultura herdada por suas mais velhas. Além disso, possam lutar por melhorias para o seu povo, tendo em vista que ainda há muitos direitos a serem conquistados para o povo Jenipapo-Kanindé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a realização da análise sobre a trajetória de luta das mulheres indígenas, especificamente do povo Jenipapo-Kanindé, contextualizando os caminhos trilhados pelas mulheres indígenas para que sua participação no movimento indígena pudesse ser visibilizada e para que compreendêssemos as formas de organização de cada povo, tendo em vista que cada território indígena possui sua especificidade.

De modo geral, as mulheres indígenas sempre estiveram intimamente ligadas com as mobilizações dos seus territórios, mas percebem que, apesar de não terem sua participação negada nos espaços de luta, a permanência neste espaço permanece invisibilizada, pois é notório que a sociedade “branca” não enxerga as mulheres indígenas como protagonistas da luta enquanto lideranças, cacicas, pajés e como principais lideranças de alguns povos indígenas. No Nordeste, é perceptível a forte contribuição das mulheres na conquista dos direitos de seus territórios, em especial a etnia Jenipapo-Kanindé que é povo em que esta pesquisa tem mais material de análise. Além disso, foi possível perceber, também, que até mesmo os territórios indígenas não reconhecem a importante contribuição das mulheres na luta por direitos e suas atuações nas principais mobilizações do movimento indígena.

Por essa razão, trago para este trabalho essa abordagem, por considerar de suma importância as trajetórias de luta das mulheres do povo Jenipapo-Kanindé, o meu povo, logo que somos um povo de referência no que diz respeito ao protagonismo das mulheres indígenas, sendo que, aqui, fomos pioneiros ao nomear uma mulher como cacique.

E como estratégia para fortalecer a luta do meu povo, busquei ingressar numa universidade federal, no curso de Serviço Social, para que fosse possível a elaboração deste trabalho, para que eu pudesse oferecer um retorno para as mulheres que me antecederam nessa jornada de luta. Sempre reconheci que cada liderança feminina indígena deveria ter suas narrativas de luta evidenciadas, levando em consideração que graças à luta destas mulheres, nós, mulheres indígenas mais jovens, temos conseguido ocupar muitos espaços.

Isso acaba, na verdade, por me incentivar a ocupar, além da posição de liderança, os espaços que abrangem a amplitude de conhecimento que é o campo acadêmico, com a finalidade de levar a discussão de gênero sob a perspectiva indígena, com base nas minhas experiências enquanto mulher indígena.

É necessário que nós, povos indígenas, tenhamos cada vez mais conhecimentos dos “brancos”, com a perspectiva de fortalecer nossa luta. Quando me refiro em adquirir esse conhecimento dos não-indígenas é porque acredito que devemos buscar ocupar as instituições

que trabalham com nossos povos, pois nada melhor do que nós mesmos termos essas instituições sob o nosso domínio. Como tem acontecido no meu povo – a etnia Jenipapo-Kanindé – as mulheres são as figuras mais importantes da organização local e são quem mais tem ocupado os espaços de poder, a exemplo, a posse das três cacicas, a posse da coordenadoria da Escola Indígena, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Indígena) e algumas mulheres que atuam na Unidade Básica de Saúde.

Com isso, com a minha formação, enquanto Assistente Social, pretendo realizar ações que possam contribuir para que mais mulheres do meu povo possam se integrar ao movimento, pois, apesar de termos um número significativo de mulheres que estão na luta ativamente, pude perceber, por meio da análise deste trabalho, que há alguns impasses que impossibilitam que outras indígenas possam participar da luta por nossos territórios e pelos nossos direitos.

Desta forma, procurarei idealizar estratégias juntamente com as lideranças mais velhas do meu povo para pensarmos maneiras que possam aproximar mais mulheres para a luta, e uma das práticas relevantes descritas nesta pesquisa foi o ato de conscientizar sobre a importância da luta no processo de conquista dos benefícios que hoje há na aldeia.

É sob esse viés, que julgo importante a abordagem deste trabalho, pois além de visibilizar o protagonismo das mulheres indígenas e suas contribuições para acesso aos direitos dos seus povos, pude, também, analisar as questões que interferiam na participação da mulher nas formas organizativas do contexto da luta.

Contudo, torna-se evidente que as narrativas apresentadas neste trabalho representam que a mulher indígena tem buscado ocupar muitos espaços de poder nos seus territórios. Além disso, tem conseguido criar suas organizações para, assim, fortalecer o movimento para conquistar a garantia do acesso aos direitos do coletivo e, ainda, buscar a garantia dos direitos voltados para a especificidade da mulher indígena.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. L. O.; MEDEIROS, R. F. N. D.; SANTOS, F. H. D. Narrativas de história de vida de moradores da Aldeia Jenipapo Kanindé - Aquiraz/CE: memórias da construção do lugar. In: CINTEDI – Congresso Internacional de Educação Inclusiva, 3., 2018, Campina Grande/PA.. **Anais III CINTEDI** Campina Grande/PA: [s.n.], 2018.
- AIRES, J. M. M. P.; GOMES, P. G. D. A. Os caminhos trilhados pelas mulheres indígenas na constituição de organizações femininas. **Reunião Brasileira de Antropologia**, Brasília/DF, 09 e 12 Dezembro 2018.
- ANTUNES, T. O. **Construção Étnica e Políticas Públicas: mobilização, política e cultura dos índios Jenipapo-Kanindé do Ceará**. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.
- ARAUJO, A. D. G. et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del Rei, v. 12, n. 2, mai./ago. 2017.
- ARTICULAÇÃO das Mulheres indígena do Ceará. 2019. Disponível em: <https://mulheresindigenasce.wixsite.com/Amice>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- COVAS, F. S. N.; BERGAMINI, L. M. Análise crítica da linguagem neutra como instrumento de reconhecimento de direitos das pessoas LGBTQIA+. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 6, p. 54892-54913, jun. 2021.
- DIAGNÓSTICO e estudo de linha de base: projeto fortalecendo a autonomia político-organizativa dos povos indígenas. 2017. Disponível em; http://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Relatorio-Estudo-de-Linha-de-Base_vers%C3%A3o_final_com-ficha_isbn_978-85-94052-00-1.pdf
- DUTRA, J. C. D. O.; MAYORGA, C. Mulheres indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política. **Psicologia: Ciência e profissão**, Minas Gerais, v. 39, p.114-125 p. 122, 2019. ISSN e221693.
- GOMES, P. G. D. A. **Organização Política de Mulheres Indígenas Pitaguary: práticas e discursos de gênero nas trajetórias de lideranças**. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/DISSERTACAO_FINAL_PRISCILA.pdf. Acesso em: 10 de jan. de 2021.
- LUCIANO. G. S. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cfc/livrocolecacao.pdf>. Acesso em: 20 mar. de 2021.
- MATOS, M. H. O. Mulheres no Movimento Indígena: do espaço de complementariedade ao lugar de especificidade. In: SACCHI, Â.; GRAMKOW, M. M. **Gênero e povos indígenas:**

coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia". Rio de Janeiro e Brasília: Museu do Índio/ GIZ/ FUNAI, 2012.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa. In: DESLANES, F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Cap. 1.

MOURA, A. D. **Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR): uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por direitos**. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, Boa vista, 2019. Disponível em: <https://ufr.br/ppgsof/index.php/dissertacoes/category/39d2019.html?download=559:organizacao-das-mulheres-indigenas-de-roraima-omir-uma-analise-das-demandas-e-reivindicacoes-das-mulheres-indigenas-na-luta-por-seus-direitos-luana-almeida-de-moura>. Acesso em: 20 mar. 2021.

OLIVEIRA, N. D. C.; POMPEU, R. A.; ROSA, C. D. S. Serviço Social no contexto indígena: as transformações societárias e os desafios da profissão. **O social em questão**, Ano XVIII, n. 33, fev. 2015. p. 382.

PIERRE, J. **Pensamentos Ativistas ou fundamentos para o ativismo?: O Estudo da Racionalização como um local de engajamento político**. Trad. Wilson Badaró, 2008. p. 4.

PROJETO de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Ceará – Projeto São José IV. Marco Conceitual dos povos indígenas. 2019. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2019/02/MARCO-CONCEITUAL-DOS-POVOS-INDI%CC%81GENAS-1.pdf.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

RAMOS, E. U. **Movimento de Mulheres Indígenas em Pernambuco**. 2015. 28 f. Monografia (Especialização) – Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru/PE, 2015.

_____. **Mulheres Lideranças Indígenas em Pernambuco, Espaço de Poder Onde Acontece a Equidade de Gênero**. 2019.100 f. Dissertação (Mestrado), Centro de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação Em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2019.

RAMOS, E. U.; SILVA, F. B. O movimento de Mulheres Indígenas em Pernambuco. In: LAURENTINO, A. A. et al. **Mulheres indígenas da tradição**. Recife: Gráfica Flamar, 2018. p. 10.

SACAVINO, S. Tecidos Feministas de Abya Yala: Feminismo Comunitário, perspectiva decolonial e Educação Intercultural. **Uni-Pluri/versidade**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.97 a 109. 2016. ISSN nº 2.

SACCHI, A. C. M. **União, Luta, Liberdade e Resistência: As organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira**. 2006. 261 f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SANTOS, E. L. S. D. Das "Revoluções Silenciosas" ao movimento feminista indígena no Brasil. In: Encontro Estadual de História: história e movimentos sociais, 1., 2018, [S.l.]. **Anais Encontro Estadual de História: história e movimentos sociais**, [S.l.]: [s.n.], 2018.

SANTOS, J. R. **O protagonismo da mulher indígena Pataxó na luta e defesa de direitos territoriais**. 77 f. Monografia (Graduação) – Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. p. 37 e 44.

SILVA, B. R. B. **Mulheres da Encantada**. 2014. Disponível em: https://jornalistabarbararochoa.files.wordpress.com/2016/11/mulheres-da-encantada_livro-reportagem_bc3a1rbara-rocha.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

SILVA, F. **Um pouco da história do nosso povo: Guerreiras – a força da mulher indígena**. Recife: Centro de Cultura Luiz Freire, 2012. p. 32.

SOUZA, J. M. A. **Gênero e Mulheres indígenas no Nordeste: GUERREIRAS – a força da mulher indígena**. Recife: Centro de Cultura Luiz Freire, 2012. p. 30.

TAITSON, B. **Mulheres indígenas marcham em defesa do território e contra violações de direitos**. 2019. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?uNewsID=72462>. Acesso em: 14 mar. 2021.

VERDUM, R. O movimento de Mulheres indígenas. In: _____. **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: Inesc, 2008. p. 11.

VIEIRA, R. A. **Mulheres indígenas em movimento: Um Olhar Sobre o Protagonismo das Mulheres Jenipapo-Kanindé**. 2019. 103 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Fortaleza, 2019.

**APÊNDICE A – As mulheres da Aldeia Lagoa Encantada do Povo Jenipapo-Kanindé
que participaram da pesquisa**

AS MULHERES DA ALDEIA LAGOA ENCANTADA DO POVO JENIPAPO-
KANINDÉ QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA:

Ana Rejane Mateus da Silva

Eliane Alves Sabino

Juliana Alves

Maria da Conceição Alves Sabino

Maria Hozana Alves

Maria de Lourdes da Conceição Alves

Micaele Alves Ribeiro

Rita Alves Ribeiro

valdisia Costa Silva

Valdene Mateus da Silva